

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – CCEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Gustavo César Ojeda Baez

**Faróis da costa nordestina: olhares geográficos e históricos
sobre os faróis marítimos no nordeste brasileiro.**

**João Pessoa
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – CCEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Gustavo César Ojeda Baez

**Faróis da costa nordestina: olhares geográficos e históricos
sobre os faróis marítimos no nordeste brasileiro.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Junior

João Pessoa - 2010

B142f Baez, Gustavo César Ojeda.
 Faróis da Costa Nordeste: olhares geográficos e históricos
 sobre os Faróis Marítimos no Nordeste Brasileiro/, Gustavo César
 Ojeda Baez. – João Pessoa, 2010.
 129f.
 Orientador: Raimundo Barroso Cordeiro Junior.
 Dissertação (Mestrado) – UFPb - CCEN

 1. Geografia – Faróis Marítimos. 2. Litoral Nordeste. 3. Pa-
 trimônios Materiais – Costa Brasileira.

UFPb/BC

CDU: 913 (043)

**“Faróis da costa nordestina: olhares geográficos e históricos
sobre os faróis marítimos no nordeste brasileiro”**

por

Gustavo César Ojeda Baez

Dissertação de Mestrado apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN - UFPB,
como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:

Prof. Dr. Raimundo Barroso Junior
Orientador

Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho
Examinador externo

Profa. Dra. Maria Franco Garcia
Examinadora interna

Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso
Suplente

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Junho de 2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao desejo inteligente do Ser imanifesto que um dia movimentou o vazio e fez com que tudo existisse, inclusive eu. Obrigado.

À minha mãe querida, Elva Rosário que me ensinou o amor, a paciência e tudo mais que as mães ensinam.

Ao meu pai amado, Juan Julio Baez que dedicou sua vida para o sustento de nossa família, por muitos e muitos anos.

Aos meus irmãos Rafa e Edu, aquele abraço irmanos!

À Lucinha com quem aprendo todos os dias o que é o amor. Muito obrigado por tudo querida!

A todos os amigos que já passaram pela minha vida. Valeu galera!

À Bernadete pela ajuda na leitura do texto, pelas dicas e pela ajuda na vida.

À Lulu, pelo Note Book fundamental para terminar esse trabalho.

Ao meu Orientador Raimundo Barroso que aceitou o desafio de me orientar, sempre aberto as novas idéias, mas com os pés no chão na hora de qualificar os estudos. Agradeço muito pela orientação e pela amizade sincera.

À Professora Maria Franco Garcia, pelos toques, conversas e indicações decisivas para a melhoria de meu trabalho. Gracias!

Ao Professor Pedro, meu vizinho de bairro, pelas dicas de cartografia e pela amizade sempre com a mão estendida para o abraço.

Ao Professor Cristiano Ramalho que expandiu minha visão sobre a costa brasileira.

Ao Professor Carlos Augusto pela riqueza nos apontamentos e pelas boas conversas nas viagens de campo.

Ao mar em toda sua beleza, que me trouxe inspiração para este trabalho, saúde para viver melhor, e contemplação para entender minha pequenez.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo central analisar as transformações verificadas nos usos sociais dos faróis marítimos do litoral nordestino do Brasil. Objetivamos desenvolver abordagens geográficas e históricas para compreender melhor como estes monumentos tem sido utilizados na atualidade, dentro das novas demandas sociais vigentes no início do século XXI.

Para realizar a análise organizamos uma retrospectiva histórica sobre a ocupação e uso dos espaços costeiros do Brasil, juntamente com estudos teóricos referentes à categoria de território, fundamental para nossas discussões. Enfatizamos que além da pesquisa documental, nosso estudo foi composto por pesquisas de campo, onde pudemos observar as interações entre as populações locais e os faróis. Entendemos que esta pesquisa se justificou na medida em que contribuiu para organizar um conhecimento científico sobre o tema, gerando subsídios teóricos para re-interpretar os faróis enquanto monumentos costeiros e patrimônios materiais do Brasil. Por fim, pudemos constatar que além de patrimônios materiais, os faróis podem ser interpretados como patrimônios culturais de populações que vivem na costa brasileira.

Palavras-chave: Faróis marítimos; Territórios; Comunidades Tradicionais.

ABSTRACT

This dissertation is aimed to analyze the changes observed in the social uses of lighthouses along the northeast coast of Brazil. We aim to develop geographical and historical approaches to better understand how these monuments have been used at present, within the new social demands were at the beginning of the XXI century.

To perform the analysis we organized a historical retrospective on the occupation and use of coastal areas of Brazil, along with theoretical studies concerning the category of territory, fundamental to our discussions. We emphasize that, in addition to desk research, our study consisted of field research, where we could observe the interactions between local people and the headlights. We believe that this research was justified as it helped to organize a scientific knowledge on the subject, generating theoretical support to re-interpret the headlights while coastal monuments and heritage materials from Brazil. Finally, we found that besides material wealth, the lamps can be interpreted as cultural heritages of people living on the Brazilian coast.

Keywords: Lighthouses; Territories; Traditional Communities

INDICE DE FIGURAS E MAPAS

Figura. 1: Mapa temático de faróis.....	5
Figura. 2: Reprodução da <i>Carta Geographica de Projecção Esphérica da Nova Lusitânia ou America Portuguesa e Estado do Brasil</i>	27
Figura. 3: Mapa das Cortes de 1749.....	29
Figura. 4: Mapa do <i>Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Fernão de Magalhães de 1586</i>	33
Figura. 5: Gravura da Vila Nova da Fortaleza de Na. Senhora Da Assunção da Capitania do Ceará.....	35
Figura. 6: Planta da Fortaleza de Na. Senhora Da Assunção.....	36
Figura. 7: Representação da Planta da Fortaleza dos Reis Magos da Cidade de Natal.....	37
Figura. 8: Mapa manuscrito detalhado da Bahia de Todos os Santos.....	38
Figura. 9: Representação pitoresca da Baía de Guanabara.....	39
Figura. 10: Gravura da vista da região onde se instalou a cidade de Belém do Pará.....	40
Figura. 11: Planta Topográfica de Santos de 1815.....	42
Figura. 12: Mapa da Baía de Todos os Santos.....	42
Figura. 13: Réplica do marco do descobrimento fixada na Praia do marco (RN).....	47
Figura. 14: Litografia de 1882.....	62
Figura. 15: Detalhe do símbolo da Coroa Portuguesa.....	65
Figura. 16: Selo comemorativo do aniversário da cidade de Salvador da Bahia.....	66
Figura. 17: Folheto de informações turísticas.....	67
Figura. 18: Folheto de informações históricas.....	67
Figura. 19: Aspectos da visita turística e arquitetura do Farol da Barra.....	68
Figura. 20: Aspecto da visita turística no Farol do Calcanhar (RN).....	70
Figura. 21: Aspecto marcante do Farol do Calcanhar.....	73
Figura. 22: Residência destinada aos faroleiros e familiares.....	74
Figura. 23: Destaque para as dimensões monumentais do farol.....	74
Figura. 24: Vista do alto do Farol do Calcanhar.....	75
Figura. 25: Aspecto marcante da vista panorâmica.....	77
Figura. 26: Aspecto da sinalização no início da rodovia BR 101.....	78

Figura. 27: Paisagem costeira do Cabo de Bacopari.....	79
Figura. 28: Paisagem do porto da Baía Formosa.....	80
Figura. 29: Mapa do Cabo de Bacophary a indicação do Pharol do Bacopary.....	81
Figura. 30: Placa de sinalização turística.....	82
Figura. 31: Exemplo atual de uso dado farol do Bacopari.....	82
Figura. 32: Aspecto da entrada da área militar do farol de Natal.....	84
Figura. 33: Aspecto externo da área militar do farol de Natal.....	85
Figura. 34: Aspecto do bairro Mãe Luiza.....	85
Figura. 35: Faroleiro de Natal em frente à placa de identificação do farol.....	86
Figura. 36: Aspecto da vila residencial destinada para os faroleiros.....	87
Figura. 37: Farol do Cabo Branco.....	89
Figura. 38: Aspecto do artesanato feito em madeira.....	90
Figura. 39: Aspecto da jangada típica do litoral nordestino.....	92
Figura. 40: Farol da Pedra Seca.....	93
Figura. 41: Aspecto do Farol Santo Agostinho.....	94
Figura. 42: Farol da Pedra Seca.....	100
Figura. 43: Aspecto da praia de Calhetas.....	108
Figura. 44: Vista frontal da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré de 1597.....	109
Figura. 45: Ruínas do antigo farol do Cabo de Santo Agostinho.....	110
Figura. 46: Aspecto do mirante construído nos arredores das ruínas.....	111
Figura. 47: Vista da área externa e casa do segurança patrimonial do farol do Cabo.....	112
Figura. 48: Placa de identificação do Farol Santo Agostinho.....	112
Figura. 49: Aspecto visual do Farol de Olinda.....	115

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1 - Sobre a visão clássica de território em Ratzel e outras abordagens contemporâneas.....	11
Capítulo 2 – Fortificações e Faróis na formação do território nacional brasileiro: Um estado para a Metrópole.....	23
2.1 Conhecer e Cartografar o território colonial.....	25
2.2 Fortificar.....	31
2.3 A simbologia das fortalezas na costa brasileira	44
2.4 Povoar.....	49
Capítulo 3 - Os faróis do Império e da República: sinalizando um novo estado.....	58
3.1 Farol da Barra – o início da história da sinalização náutica no Brasil.....	61
Capítulo 4 - Farol na paisagem costeira do nordeste: Novas funções sociais no século XXI	70
4.1.O Farol e seus lugares. Visitas aos faróis e comunidades do entorno.	
4.1.1 Farol do Calcanhar.....	73
4.1.2 Farol do Bacopari.....	79
4.1.3 Farol de Mãe Luiza – Natal.....	84
4.1.4 Farol do Cabo Branco.....	89
4.1.5 Farol da Pedra Seca.....	93
4.1.6 Farol do Cabo de Santo Agostinho	94
Capítulo 5 - Territórios da pesca: estudo de caso do Farol da Pedra Seca (PB), pesca e comunidade tradicional em Ponta de Mato	
5.1 Estudo de caso do Farol da Pedra Seca (PB), pesca e comunidade tradicional em Ponta de Mato.....	96
5.2 Considerações sobre a cultura do povo do mar: territórios e patrimônio cultural pesqueiro	105
Considerações Finais.....	116
Referências Bibliográficas.....	118
Anexo – Autorização do Comitê de Ética.....	123



(O Farol - Anita Malfatti)

*O homem do mar é quem mais sabe sobre a felicidade de avistar um farol.
É como rever um amigo.
Na costa deste nosso Brasil continental existem centenas desses amigos feitos de luz,
aço, concreto e madeira, guiando aqueles que vivem no mar.*
Ney Dantas

Introdução: O Farol como objeto de auxílio à navegação.

Objeto singular, representativo da relação ancestral que liga os homens ao mar. Os faróis, para além de sua aparência, mostram em sua essência uma junção, uma união entre idéia e matéria. A idéia é proteger o homem das forças da natureza. E a matéria, cumprindo esse *devoir*, ergue-se imponente à altura de sua demanda.

Numa relação antiga que remonta à navegação do mar Mediterrâneo, em tempos anteriores à chamada era Cristã, os faróis também podiam ser vistos como produtos de uma interação entre o mar e o fogo primordial, a marca dos humanos. Ou ainda, podem ser interpretados como marcas da “eterna luta” humana contra as forças da natureza – luta essa, que, travada fora dos limites da terra firme, ganha novos contornos e se agiganta em odisséias compostas por “monstros” e deuses chefiados por Netuno.

Os faróis, enquanto guardiões dos mares, têm uma história bastante antiga e podemos iniciar nossas observações sobre o tema com os navegantes que partiam do continente europeu e de seus arredores rumo ao mar Mediterrâneo. Nesse resgate, buscando a origem dos faróis, regressamos ao tempo das primeiras navegações, e utilizamos de início partes da obra *Luzes do Novo Mundo: História dos Faróis Brasileiros*. Nesta obra Ney Dantas¹(textos) e Ricardo Siqueira (fotos) organizam importantes estudos sobre esse tipo específico de sinalizador marítimo, que o autor chama de “Reis Brancos”. Em trecho intitulado *Origem dos Faróis* temos uma breve, mas rica apresentação da história mediterrânea vinculada à navegação:

Quando os primeiros habitantes das povoações litorâneas se lançaram ao mar, por curiosidade ou necessidade, foram adotando referências em terra à medida que se iam afastando, para poder

¹ Ney Dantas é farologista e membro da Academia de Artes, Ciências e Letras da Ilha de Paquetá. Como profissional da Marinha é Capitão de Mar-e-Guerra da Reserva da Marinha, tendo aperfeiçoado seus conhecimentos em Hidrografia e Navegação ao longo de anos de dedicação ao serviço de faróis do Brasil. É também autor de livros técnicos sobre o tema da Sinalização Náutica e constitui-se assim como autor de referência para nossos estudos dada a escassez de bibliografia sobre o assunto. Juntamente com Ricardo Siqueira (fotografias) compõe uma dupla de autores (de textos e imagens) fundamental nessa área. Este último desde 1995 vem se dedicando à edição de livros de arte. Sobre a elaboração da obra que é referência central nesta dissertação consta na folha de rosto da notável publicação que “Para concluir este livro, consumiu 2 anos de trabalho, percorreu o litoral brasileiro do cabo Orange ao arroio Chuí, alcançou 102 faróis e faroletes e produziu um arquivo de 3.000 fotos, das quais 280 são aqui mostradas.” (SIQUEIRA, 2002, contra-capá)

retornar com segurança. Durante o dia, observaram as feições notáveis da costa, como elevações, baías, cabos, ilhas etc.

Como essas observações eram impossíveis à noite, pensaram em acender fogueiras, primeiro no chão, depois sobre montes de pedras ou em bacias sobre torres de madeira. Amigos e parentes ficavam em vigília, mantendo o fogo vivo. As fogueiras, porém, eram vulneráveis à chuva e ao vento. Para protegê-las, ergueram-se paredes e tetos de pedras, o que resultou em primitivas lanternas. Surgiram assim, os ancestrais dos faróis. (DANTAS, 2002, p.15)

Assim inicia-se a sinalização costeira nos litorais europeus. Essa prática, segundo Dantas, foi se aperfeiçoando ao longo dos séculos e podemos encontrar os primeiros registros sobre os sinais luminosos nos relatos sobre a torre de Alexandria construída no século terceiro antes de Cristo.

Localizada na boca mais ocidental do Rio Nilo, em ponto estratégico para as rotas comerciais que já aconteciam entre o Oriente Médio, o norte da África e a Europa, a cidade fundada por Alexandre Magno no ano de 332 a.C. transformara-se em um importante centro comercial, tendo destaque como potência naval daquela época. Segundo o autor, “Foi um dos portos mais ricos do mundo antigo e a capital intelectual do Mediterrâneo Oriental.” (DANTAS, 2002, p.15)

A origem etimológica do nome farol pode ser explicada tendo por base a escolha do local para sua construção. O primeiro local escolhido foi a ilha de Pharos presente na porção ocidental do delta do Nilo. A partir dessa construção², todas as demais torres que se destinassem a auxiliar a navegação passariam a se chamar de farol.

A definição técnica para o farol pode ser encontrada em publicações da Marinha do Brasil publicadas pelo setor da Diretoria de Hidrografia e Navegação, em trechos que tratam dos auxílios à navegação e sinalização náutica, e em obras variadas sobre o tema navegação. Construímos a nossa definição a partir das obras disponíveis nos arquivos da Marinha e com base no livro de referência sobre o assunto, *Navegar é Fácil*, de Geraldo Luis Miranda de Barros, publicado em 2006. Assim, podemos definir farol como um objeto que tem por função servir de sinal ou de sinalizador náutico capaz de emitir luz com características regulares perceptíveis à impressão visual. Os faróis podem ser classificados de acordo com suas funções mais específicas recebendo nomes de: faroletes, rádio-farol e aero-farol. Para auxiliar a navegação marítima os faróis de

² Sobre a obra de construção do Farol de Alexandria, Dantas (2002) explica que o arquiteto Sostratos ficou encarregado de construir uma torre retangular de pedra revestida com mármore, que se elevava a cerca de 120 metros do nível do mar. No topo, com acesso por rampas ou degraus internos, mantinha-se acesa uma fogueira cuja luz à noite e sua fumaça durante o dia podiam ser vistas a 22 milhas náuticas, cerca de 40 Km.

aproximação, de cabotagem e de aterragem são os tipos mais usados. Outra definição similar pode ser encontrada na obra *Faróis da Solidão* de Trevisam (1988). Segundo este autor:

Farol é toda armação, torre ou coluna, construída na costa ou ao largo, tendo na sua parte superior um aparelho capaz de emitir luz com alcance de dez ou mais milhas, servindo tanto à navegação de alto mar, como a de cabotagem [...] se constituindo no principal instrumento de auxílio à navegação.(TREVISAM et alii, 1988, p.05)

Na atualidade podemos conceber o farol como o objeto construído para a sinalização náutica e auxílio da navegação, que é composto basicamente por uma torre com uma lanterna em seu alto. Essa lanterna ao longo dos tempos foi ganhando sofisticação e tendo suas estruturas básicas alteradas. De início, os sinais luminosos eram obtidos graças às chamas de fogueiras, e depois de algum tempo, passam a ser obtidos a partir de mechas de lampião que arderam, por muitos e muitos anos, alimentadas por óleos de baleias. Não pretendemos nesta dissertação nos aprofundar sobre os detalhes técnicos do aperfeiçoamento dos aparelhos óticos³. Basta dizer que este processo se estendeu por vários séculos, e que posteriormente em 1822 o engenheiro francês Jean Auguste Fresnel desenvolveu um sistema de prismas geométricos que concentravam a luz em um único fecho aumentando em muito a eficiência e o alcance luminoso desses sistemas.

No caso brasileiro, a história dos faróis se inicia justamente após esse lampejo tecnológico, em época que remonta ao final do período Colonial e início do período Imperial que se inicia na primeira década do século XIX, após 1808. A construção dos faróis neste período, conforme analisaremos, esteve vinculada ao processo de consolidação territorial brasileiro que aconteceu a partir da faixa costeira.

A estrutura dos capítulos de nossa dissertação segue, em certa medida, este processo histórico e geográfico de formação do território nacional e sua relação com os faróis. Temos assim, no primeiro capítulo, uma formulação teórica a respeito do conceito de território, e considerações sobre como este território se desenvolve de acordo com uma lógica colonial – voltado para um território exterior, a metrópole portuguesa.

No segundo capítulo, temos uma análise do desenvolvimento territorial brasileiro na colônia, centrado nas ações de cartografia, fortificação e povoamento da

³ Cf. BARROS, 2006

costa brasileira. Apresentaremos a seguir uma análise mais detalhada da relação do território nacional com os faróis construídos no período Imperial. A exceção a esse processo de sinalização da costa, que aconteceu sobretudo no século XIX, é o caso do Farol da Barra localizado na Baía de Todos os Santos, Estado da Bahia, que teve o equipamento luminoso já instalado no início do século XVIII. Sobre o citado farol, o mais antigo do país, aprofundaremos nossa análise no segundo capítulo.

Já no terceiro e quarto capítulos, vamos abordar diretamente o conjunto de faróis selecionados para nossa pesquisa, buscando traçar um panorama atual sobre estes sinalizadores, e suas novas funções sociais no início do século XXI. No quinto e último capítulo apresentaremos considerações sobre a cultura das populações tradicionais que utilizam os faróis para a pesca, constituindo um patrimônio cultural pesqueiro em torno dos monumentos. Encerrando o texto apresentaremos nossas considerações finais.

Os objetos centrais de nossa pesquisa – os faróis marítimos - estão localizados no extenso litoral nordestino. Sobre essa região, Jorge Couto (1995) apresenta uma boa definição que apresentaremos a seguir:

O litoral nordestino – que vai da foz do Parnaíba à Bahia de todos os Santos – reúne duas parcelas distintas: a costa semi-árida, que se estende do Parnaíba até ao cabo de São Roque (Rio Grande do Norte), onde a intensa ondulação deposita grandes quantidades de areia no litoral que o clima quente e o vento forte secam quase instantaneamente, formando enormes dunas que chegam a atingir 30m de altura; na costa nordeste oriental, abrangendo a faixa dos 5 graus aos 13 graus sul, existe um significativo grau de humidade, sendo marcada pelo aparecimento nas proximidades da orla marítima, de paredões escarpados designados por barreiras podendo alcançar 150m de altura. (COUTO, 1995, p. 27)

Neste imenso litoral descrito por Couto foram sendo fixados os monumentos que estudamos. Tratavam-se, literalmente, de reflexos desses avanços tecnológicos que se acumularam e floresceram principalmente a partir do século XVIII. No início do século XIX temos a instalação de vários faróis sinalizando a costa brasileira e consolidando o território do novo país que se tornara independente.

O recorte espacial escolhido para nossos estudos limitou-se à alguns pontos da região nordeste. Estudamos especificamente alguns faróis que se encontram entre os municípios de Salvador, estado da Bahia, e de Touros no Rio Grande do Norte. A seguir apresentamos mapa temático que indica alguns dos faróis da região nordestina e nosso recorte espacial para pesquisa:

Região Nordeste

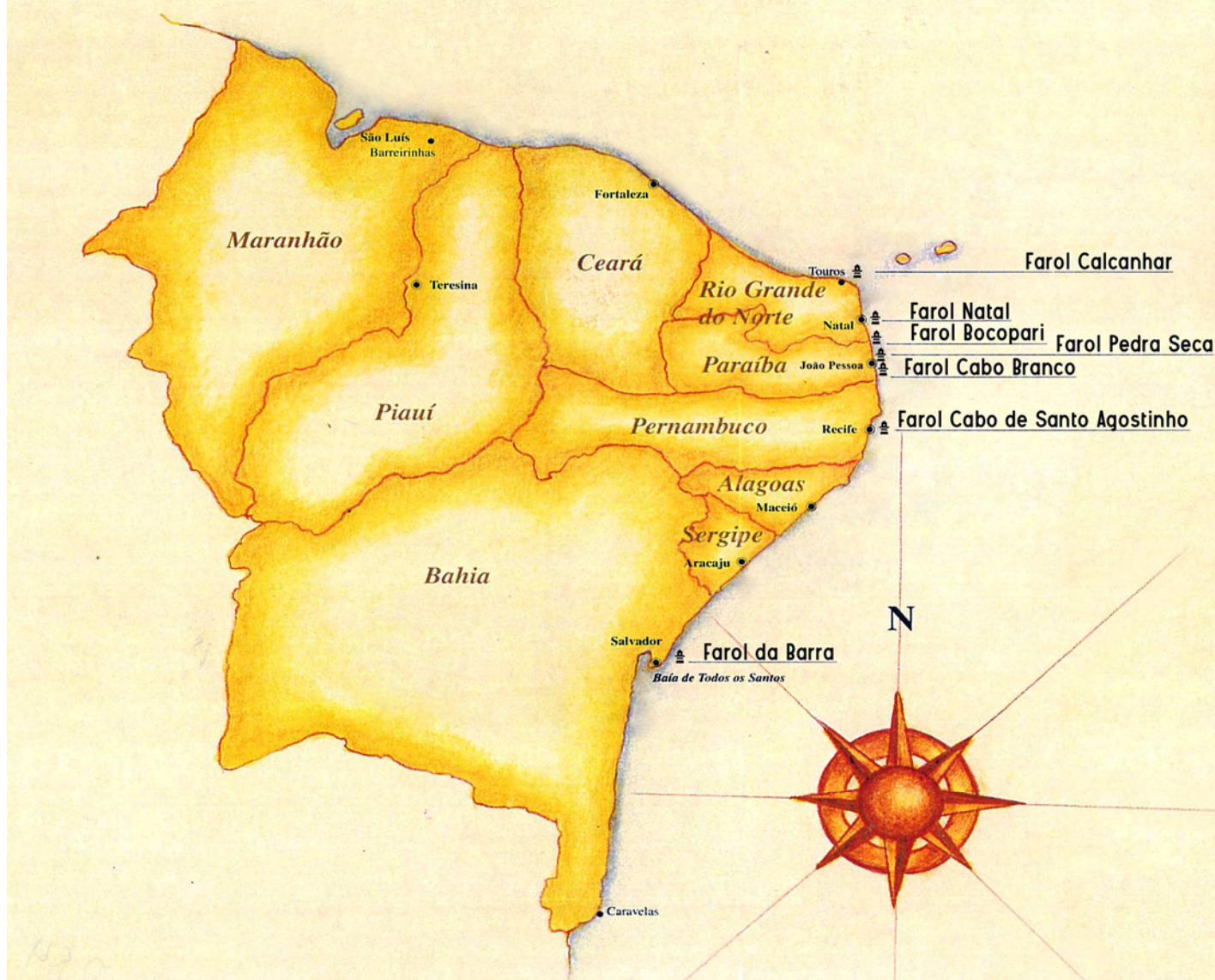


Figura.1: Mapa temático de faróis, onde podemos visualizar os limites de nossa pesquisa entre o Farol do Calcanhar (RN) e o Farol da Barra (BA). A fim de obter melhor visualização dos objetos pesquisados, inserimos algumas alterações no formato e tamanho das letras utilizadas pelo autor.

Fonte: SIQUEIRA, 1997, p.84.

Devido à enorme extensão dessa faixa costeira e devido às limitações financeiras para a realização da pesquisa de campo, optamos por escolher um elenco de faróis que julgamos mais importantes e representativos para esse estudo.

Alguns dos faróis foram selecionados tendo em vista seu valor histórico, como nos casos do Farol da Barra (BA), Farol do Cabo de Santo Agostinho (PE), e Farol de Natal (RN). Esses monumentos ajudam a reconstruir, dentro de nossa visão, aspectos da história da ocupação, povoamento e manutenção do território nacional.

Já os demais faróis de nossa pesquisa, foram selecionados em virtude dos seguintes fatores: em primeiro lugar devido a sua proximidade com nossa sede de pesquisas (UFPB). Em segundo, por sua beleza cênica. Em terceiro lugar, este elenco de faróis foi selecionado devido a sua importância nos dias atuais vinculada à atividades de lazer e turismo. E, em quarto lugar, destacamos como fator de escolha, a sua importância como instrumento de trabalho para os pescadores tradicionais das micro-regiões visitadas, que continuam a utilizar estes sinalizadores marítimos nas suas entradas ao mar.

Segue a lista completa dos faróis visitados nas pesquisas de campo:

☀ **Farol da Barra** (primeira década do século XVIII, reinaugurado em 1839): o mais antigo das Américas. Localizado no Morro do Padrão, entrada da Baía de Todos os Santos, cidade de Salvador, estado da Bahia.

☀ **Farol do Cabo de Santo Agostinho** (1883): localizado no município do Cabo de Santo Agostinho, pertencente à Região Metropolitana do Recife, estado de Pernambuco.

☀ **Farol do Cabo Branco** (1972): construído no alto da falésia do Cabo Branco, dentro da área urbana da cidade de João Pessoa, estado da Paraíba.

☀ **Farol da Pedra Seca** (1873): localizado na foz do Rio Paraíba do Norte, município de Cabedelo.

☀ **Farol do Bacopari** (final do século XIX, reinaugurado em 1943): construído nos arredores da pequena cidade de Baía Formosa, município do litoral sul do estado do Rio Grande do Norte.

☀ **Farol de Natal** (1951): também chamado de farol de Mãe Luiza. Localizado dentro da área urbana da cidade de Natal e em meio à comunidade tradicional de pescadores.

☀ **Farol do Calcanhar** (1912): o maior das Américas. Localizado no município de Touros, estado do Rio Grande do Norte, exatamente na extremidade norte da rodovia BR 101.

Ressaltamos que os faróis apresentados nesta lista foram os sinalizadores visitados em pesquisas de campo realizadas ao longo de nossos estudos, e que além destes faróis, visitamos outros pontos da costa a fim de complementar nossos dados e reflexões.

Dessa maneira, adiantamos aos nossos leitores que realizamos pesquisas complementares nos faróis da Pedra Seca (PB), o primeiro farol construído no Estado

da Paraíba, encomendado pelo engenheiro Zózimo Barroso no ano de 1869, sinalizador de aproximação construído sobre pedras e arrecifes na desembocadura do Rio Paraíba do Norte. Além deste, o farol do Cabo de São Roque (RN), ponto mais próximo da costa africana, também foi visitado. Outros faróis complementares em nossos estudos, sobre os quais realizamos apenas pesquisa bibliográfica, foram os faróis de Maceió e de Sergipe.

A descrição e pesquisa histórica sobre estes faróis foram realizadas tendo como base documentos da Marinha do Brasil e obras sobre o tema. Concentramos nossas observações sobre as obras *Luzes do Novo Mundo* (2002), *Lista de Faróis da Marinha* (1997), *Cartas Náuticas*, e outros documentos e textos coletados nas Capitânicas dos Portos da Paraíba,⁴ e nos Arquivos da Biblioteca e Mapoteca da Marinha, localizados na cidade do Rio de Janeiro.

Para estudar as interações dos faróis com a consolidação de um território nacional, e para compreender melhor os usos dados a estes equipamentos na atualidade, elaboramos um caminho metodológico de análises comparativas. Buscamos recuperar os usos antigos dos faróis, no final do período colonial e majoritariamente no período Imperial e Republicano, elencando um conjunto de faróis que julgamos significativos para nossa pesquisa. Após recuperar as histórias de formação desses monumentos vinculadas à defesa do território nacional e a organização da circulação marítima⁵, comparamos estes usos antigos com os usos mais recentes que observamos durante nossas pesquisas de campo.

Assim, a análise comparativa se estabelece primeiro num formato diacrônico, ou seja, comparamos os objetos e seus usos em momentos históricos diferentes. Num segundo momento, a comparação é sincrônica, isto é: a comparação é feita entre diferentes objetos num mesmo momento histórico, vale dizer, no intervalo de realização da pesquisa, que se estendeu entre os anos de 2008 e 2010. Comparamos, sincronicamente, os usos variados dados a esses objetos selecionados nas diferentes localidades.

Para coletar e analisar os dados obtidos em campo, nosso trabalho foi organizado em torno de uma metodologia antropológica, ou seja, adotamos um procedimento de

⁴ Para aprofundar os estudos sobre os sinalizadores náuticos podemos consultar a obra de referência da Marinha sobre este assunto intitulada, *Historia da Sinalização Náutica Brasileira* de Ney Dantas publicada em 2000.

⁵ Na maioria dos casos estudados os faróis compõe um conjunto de sinalização e defesa da costa juntamente com as fortalezas portuguesas.

observação participante nas nossas visitas, procurando deixar o mais descontraído possível, a população de estudo, composta de pescadores e dois faroleiros. O principal instrumento metodológico para a coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada. Nessas entrevistas realizadas nas localidades próximas aos faróis, abordamos diretamente mestres de pesca e funcionários das Capitâneas dos Portos encarregados da manutenção dos sinalizadores.

Devido a nossa experiência anterior adquirida em outras pesquisas de campo realizadas dentro do curso de Ciências Sociais⁶, especialmente nas disciplinas de pesquisa antropológica, notamos que a organização das atividades de campo, neste formato informal, garante mais legitimidade e imparcialidade para as respostas obtidas. Procuramos nos “misturar” aos entrevistados, realizando visitas às localidades como turistas normais, e, quando considerávamos necessário, nos identificávamos como pesquisador da Universidade Federal da Paraíba. A identificação prévia foi feita, principalmente, quando travamos os diálogos com os faroleiros. Na maioria dos casos em que interagimos com os pescadores e com outros informantes mantivemos nosso anonimato.

Ressaltamos que em momento algum usamos de formalidades, ou gravadores para registrar nossos diálogos. O caderno de campo, a máquina fotográfica e uma caneta foram nossos principais materiais de pesquisa nesses momentos. Após as visitas, recuperávamos as conversas e registrávamos anotações em nosso caderno de campo, destacando dados significativos, dados indiciários, que tinham marcado nossa memória como informações essenciais da cultura litorânea.

Essa maneira de realizar a pesquisa de campo e de analisar os dados obtidos é respaldada pelo método indiciário encaminhado por Carlo Ginzburg (1989). O modo de fazer pesquisa proposto pelo autor, permite que o cientista social desempenhe uma prática investigativa, examinando os pormenores de um objeto. A ação desempenhada, pelo cientista, dentro desta metodologia, deve, literalmente, ir atrás dos indícios sociais e históricos presentes nos monumentos. Verifica-se também, a sutileza nas falas e nas formas de ser, própria da cultura humana. Trata-se, portanto, de penetrar em coisas concretas, em fatos sociais, em formações territoriais, através da análise de elementos pouco notados ou despercebidos pelo olhar do leigo. Ou ainda, realizar uma pesquisa

⁶ Em trabalho de conclusão de curso referente a formação em Ciências Sociais, tivemos a oportunidade de realizar pesquisas de campo no interior da Floresta Nacional do Tapajós (Pará), com comunidades de ribeirinhos e indígenas que habitam nesta unidade de conservação. Cf. BAEZ, 2006.

científica, sob a luz do método indiciário, seria concentrar a visão do observador sobre os dados marginais, sobre as pistas que nossos informantes podem dar a respeito de um determinado assunto.(GINZBURG, 1989).

No nosso estudo, aproveitando essa abertura metodológica aprovada por Ginzburg, realizamos uma pesquisa, justamente, sobre as pistas, sobre os indícios, que nos permitem compor uma explicação interpretativa sobre as alterações das funções sociais que os faróis adquirem na atualidade. Esse método que analisa minúcias nas falas dos informantes, pode ser compreendido também como uma variação do método dedutivo, onde poucos dados servem de referência para expandir uma idéia e gerar, por fim, uma teoria ou uma hipótese explicativa sobre um determinado assunto.

Logo, através do uso da metodologia comparativa e do método indiciário, pretendemos elucidar as diferentes funções sociais, governamentais e histórico-culturais atribuídas a esses sinalizadores marítimos. E ainda, como estas atribuições se transformam ao longo da história brasileira.

Notaremos que, devido às alterações sociais, econômicas e às mudanças tecnológicas em vigor no início do século XXI, o uso e a apropriação dos ambientes costeiros se alteram seguindo as novas necessidades de lazer e de consumo. A tecnologia dos faróis, no entanto, não deixa de ser utilizada, mas passa a ser associada, em parceria, com outras tecnologias mais recentes como o GPS⁷. De outro lado, sabemos que as transformações tecnológicas não atingiram igualmente todos os setores sociais, e assim, pescadores artesanais que não dispõem de instrumentos avançados para localização e navegação, revelaram-se usuários fiéis dos faróis, retomando e aproveitando-se dessa tecnologia.

Entendemos que esse tipo de pesquisa, que envolve conhecimentos e análises geográficas, históricas e antropológicas, se justifica na medida em que propomos a construção de um conhecimento multidisciplinar sobre este tema. No decorrer de nossas pesquisas, notamos a escassez de estudos acadêmicos que relacionassem diretamente estes monumentos históricos com a dinâmica social atual e com a história da formação territorial brasileira. A maioria dos documentos referentes aos faróis está disponível em arquivos, bibliotecas e publicações de origem militar, não sendo assim difundidas e analisadas num contexto acadêmico. Desse modo, acreditamos que nossa pesquisa pode

⁷ GPS, sigla que significa Global Positioning System. Barros (2006) define como “Sistema de radionavegação mundial formado por uma constelação de 24 satélites que ocupam orbitas circulares a 10.900 milhas náuticas de altura.” (BARROS, 2006, p.399)

evidenciar as qualidades e atributos de faróis antes encobertos. Procuramos, desta forma, organizar um conhecimento que reconheça a importância dos faróis como monumentos históricos e culturais significativos para a história e a geografia brasileira.

Por fim, este estudo pode ser incluído e justificado num movimento maior de revalorização dos patrimônios materiais que ocorre em vários países do mundo. A respeito dessa tendência na pesquisa científica sobre os patrimônios ultramarinos portugueses, Lourenço Conceição Gomes (2006) escreve:

Actualmente há uma grande preocupação dos estados do mundo inteiro em relação aos seus bens patrimoniais, mas a verdade é que esse interesse só pode ser concretizado se forem promovidos estudos visando estabelecer a relação entre tais monumentos e a história de seus habitantes, aferindo em que medida possam ter importância para a afirmação da identidade dos respectivos povos. (GOMES, 2006, p.169)

Ressaltamos que estas construções concebidas dentro de uma lógica militar, hoje fazem parte da cultura e da paisagem litorânea brasileira compondo um patrimônio paisagístico na faixa costeira. No Brasil, essa preocupação do Estado com seus patrimônios materiais e suas consecutivas medidas de estudo, preservação e recuperação, poderão ser concretizadas, no nosso entender, com base em estudos dessa mesma ordem. Dessa forma, considerando que os faróis e seus respectivos conjuntos arquitetônicos, como as fortalezas, aglomeram características históricas, configurações eminentemente geográficas, e usos culturais, estabelecemos como meta para nossa pesquisa a construção de um conhecimento que contemplasse esses três campos do saber.

Capítulo 1

Sobre a visão clássica de território em Ratzel e outras abordagens contemporâneas.

Para tratar do conceito de território, que será amplamente usado ao longo de nossa dissertação, usaremos como referencial teórico a obra *Abordagens e concepções sobre território*, escrita por Marcos Aurélio Saquet (2007). Nesta obra, o autor desenvolve uma rica apresentação e discussão sobre a trajetória do conceito de território, passando por considerações que vão desde os textos antigos de Platão - *A República e Pólis* -, passando pelos textos clássicos do século XIX, e chegando até autores contemporâneos do século XX.

A partir da obra de Saquet (2007) pretendemos organizar um elenco de autores e abordagens que de alguma maneira se relacionam diretamente com o tema de nossa pesquisa.

Desde a parte inicial de sua obra, o autor ressalta que o estudo de conceitos - como o de território - não é uma tarefa simples, pois envolve, muitas vezes, uma série de autores e diversos campos do saber em sua análise. Seguindo os apontamentos propostos por autores como Gilles Deleuze (1976) e Felix Guatarri (1972), Saquet (2007) afirma que “não há conceitos simples” e, para estudar a história dos conceitos, precisamos observar e entender as interações de um conceito com outros conceitos complementares.

No nosso caso estamos estudando especificamente o conceito de território associado a outros dois conceitos complementares: o de lugar e o de paisagem. No caso do conceito de lugar pretendemos usar essa categoria para abordar as atribuições dadas aos faróis em suas realidades locais, em suas comunidades. Já no caso da categoria de paisagem o uso desta categoria se dará em função da análise de alguns aspectos imagéticos da paisagem litorânea.

Escolhemos o território como conceito central, pois entendemos que nosso objeto de estudo - os faróis da costa nordestina, estão diretamente relacionados com a formação e consolidação do território nacional brasileiro. Dessa forma, importa compreender a relação entre esses objetos materiais e o território, revelando as relações de poder que estariam por trás de suas constituições. Este tema será aprofundado nos capítulos seguintes.

Como ponto de partida para nossas reflexões teóricas, devemos considerar o território como um conceito complexo, devido ao fato deste conceito passar por muitas metamorfoses ao longo da história do pensamento geográfico. Além de ser discutido por diferentes correntes do pensamento científico, o conceito, segundo Saquet (2007), pode se substantivar tanto na mente, ao nível do pensamento, como um território pensado ou projetado, quanto na matéria, como no caso da demarcação física do território de um dado Estado Nacional.

Para elucidar melhor essas considerações iniciais, vamos retomar a obra citada, seguindo o esquema didático e cronológico proposto pelo autor, ressaltando que selecionamos as partes e os autores que mais se aproximam de nossa discussão. Isto é, selecionamos os autores que abordam o território na sua relação mais direta com o Estado Nação.

Inicialmente Saquet apresenta uma introdução ao tema território mostrando como este assunto já vinha sendo analisado em textos desde a Grécia antiga como nos clássicos de Platão. No entanto, para os estudos geográficos que estamos realizando podemos iniciar nossas discussões a partir das reflexões elaboradas por autores do século XVI, dentre os quais, destacaremos Niccolò Machiavelli (1469-1527), célebre autor da obra *O Príncipe*. Na visão de Saquet (2007), as idéias expostas em *O Príncipe*¹ influenciaram ideologicamente a formação dos estados nacionais europeus e foram transpostas para os processos de colonização do Novo Mundo. As grandes navegações e a dominação de novas áreas constituiriam para o autor um ponto decisivo para formar-se uma nova concepção sobre os territórios dos estados europeus, que naquele momento, encontravam-se em franca expansão. Estas porções anexadas do espaço seriam vistas, pelas elites dominantes e estados nacionais, como novos territórios para dominação e exploração econômica das metrópoles européias. Segundo Saquet (2007), “O território passa a ser compreendido para além de abrigo, ou seja, como um receptáculo de investimentos econômicos feitos por pessoas.” (SAQUET, 2007, p. 27)

¹ Dentre as idéias centrais expostas na obra de Machiavelli (2006) temos a evidência do poder como relação de dominação que se expressa através do uso racional da força. A ocupação, apropriação e administração de áreas, tributos, costumes, leis e línguas são preocupações que o administrador, o *Príncipe*, deve ter na sua atenção, para obter êxito em suas ações político-militares. A obra faz uma descrição detalhada sobre as formas, a constituição, os modos de conquista e o governo que os principados deveriam ter para se sustentarem. A novidade principal naquele momento histórico era o fato desses principados novos poderem ser anexados, rompendo-se assim toda uma tradição cristalizada da ordem social que ligava o poder com a força e a vontade divina, representados pela Igreja Católica. Basicamente Machiavelli ensina como conquistar os territórios-principados e manter-se no poder. (SAQUET, 2007, p.28)

Mais adiante o autor vai ressaltar que além dos investimentos pessoais, são os investimentos e ações estatais, os que merecem uma análise mais detalhada por parte dos pensadores, devido a seus marcantes efeitos sobre um determinado espaço. Outro aspecto interessante ressaltado pelo autor é a verificação da presença das concepções propostas por Machiavelli (2006) nas ações dos governos europeus. “Para Maquiavel o território é uma área controlada e fortificada que deve ser defendida e mantida sob domínio. O poder é exercido, na apropriação e dominação.” (SAQUET, 2007, p. 28)

Se observarmos o início do processo de ocupação e formação territorial da colônia no Brasil, poderemos notar que estas concepções de controle e fortificação foram transportadas por colonizadores e grupamentos militares portugueses para a costa brasileira². Podemos observar ainda que, ao longo da linha litorânea, o poder português foi cristalizando-se em fortalezas e outras fortificações para demonstrar seu domínio sobre o novo território conquistado.

Sendo assim, podemos concluir que as concepções de Machiavel se constituíram como um dos referenciais mais importantes para a reflexão sobre o Estado e suas atribuições no período colonial. Como um precursor da teoria do Estado, o autor aponta com clareza como deveriam operar os governos dominadores e mantenedores de novos territórios anexados. Essa proposta de ação dominadora e controladora de territórios serviu de base para discussões futuras sobre a ação dos Estados Nacionais em suas vertentes colonialistas e imperialistas.

Antes de seguir pela cronologia do texto, vamos fazer uma pequena ressalva para esclarecer que Saquet (2007) propõe uma separação cronológica para estudar um elenco de autores bastante numeroso. Encontramos em sua obra autores clássicos da Geografia, como Friedrich Ratzel, que fazem parte de um contexto histórico mais específico, respondendo a questões referentes ao expansionismo tardio da Alemanha no início do século XX.

A maioria dos autores analisados posteriormente por Saquet (2007) - como Jean Gottman (1947, 1952, 1975), Claude Raffestin (1976, 1978, 1981, 1993) e Robert Sack (1980, 1986, 1992), e os autores brasileiros Milton Santos (1977, 1988, 1996, 1999, 2000), Manuel Correia de Andrade (1994, 1995) e Roberto Lobato Correa (1994) - fazem parte de momentos históricos contemporâneos, realizando novas discussões dentro do pensamento geográfico na segunda metade do século XX. Não podemos

² A este respeito ver PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo. Brasiliense, 1996.

deixar de lembrar que cada autor analisado vai corresponder a sua época de produção científica, e que assim, o conceito de território também vai sendo moldado de acordo com essas temporalidades.

Assim, na abordagem de Saquet vão sendo agrupados conjuntos de autores que desenvolvem uma temática próxima, e, que de alguma forma, produzem suas concepções dentro de um mesmo intervalo de tempo. Ou seja, o autor organiza seu texto, cronologicamente, tendo como base as décadas da segunda metade do século passado. Ele indica, com ênfase, que as mudanças sociais, econômicas e culturais que ocorriam em escala global³ eram os fatores determinantes de elaboração de novas abordagens sobre o conceito de território, pois colocavam os cientistas diante de novos questionamentos sobre a relação do homem com o espaço terrestre.

As mudanças políticas, econômicas, tecnológicas e sociais, decorrentes das duas guerras mundiais e do novo imperialismo, afetaram a própria relação dos homens com seus espaços. Dessas mudanças abruptas teria resultado um ambiente de profundos questionamentos que são transferidos para a esfera acadêmica. Assim, o conhecimento científico produzido nesse período também passa a expressar novas abordagens sobre o conceito de território. Desta forma, os desafios impostos pela complexidade da vida social, aliados a todas as mudanças elencadas anteriormente, fizeram com que o tema território emergisse novamente com grande força argumentativa e explicativa em muitos textos e estudos científicos no período pós-guerras.

A questão central poderia ser traduzida pela seguinte indagação: como as ciências poderiam responder a mudanças territoriais e sociais de tamanho porte e rapidez?

Para o autor de *Abordagens e concepções sobre território* fez-se necessária uma nova interação entre os diversos campos do saber científico e uma retomada, por parte dos autores contemporâneos, de textos clássicos que discutiam anteriormente esta temática. Assim procederam geógrafos, sociólogos, economistas e filósofos nas suas construções na segunda metade do século XX. Sobretudo nas décadas de 1960 e 1970 temos a configuração de três tendências majoritárias de debates em torno do tema território.

³ Sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial verifica-se uma reconfiguração dos mapas de Estados Nacionais, principalmente na Europa, em virtude de tratados internacionais. (SAQUET, 2007)

A primeira linha de debates seria aquela desenvolvida por autores que discutiam a própria metodologia científica da geografia aliada às discussões geopolíticas que envolviam principalmente o papel do Estado Nação na organização da vida social.

Para isso, a maioria dos autores levantados por Saquet (2007) retomam os textos clássicos da geografia positivista. Os principais autores destacados por Saquet são Jean Gottmann, re-formulando o território a partir de elementos históricos e a partir de uma psicologia social, e Claude Raffestin, que discute o papel do Estado Nação, extrapolando a sua análise para os campos da economia e da cultura.

Na segunda linha teremos uma abordagem eminentemente marxista e econômico-cultural. Segundo estas abordagens, as forças produtivas e relações de produção aparecem “criando” territórios e novas territorialidades, transformando naturezas, e gerando, muitas vezes, conflitos culturais devido à expansão homogeneizante do modo de produção capitalista. Dentro desta linha destacamos os autores brasileiros como Manuel Correia de Andrade, Milton Santos e Caio Prado Junior como grandes colaboradores nos estudos sobre a formação do Brasil.

Na terceira linha temos estudos mais recentes englobando a discussão cultural, política e econômica, e ainda acrescentando a preocupação ambiental. Vale ressaltar que nas últimas décadas do século XX as mudanças climáticas e o agravamento das desigualdades sociais, criam um ambiente intelectual favorável para uma revisão generalizada sobre os posicionamentos políticos dos cientistas. Desta forma, esse grupo de autores é marcado por um posicionamento frente a estas questões sócio-ambientais que se reproduzem em escala global. Nesta linha podemos elencar Giuseppe Dematteis e Robert Sack como importantes autores que pensam a relação entre procedimento científico e ação política.

Desse modo podemos observar três grandes linhas de discussões e debates que se sucedem no tempo histórico, aglomerando autores preocupados com os problemas de sua época.

Após esta breve apresentação das três principais linhas de reflexões teóricas sobre a questão do território, devemos destacar que, no contexto de nossa pesquisa, onde o território é abordado em relação direta com o Estado Nação, a abordagem de maior relevância conceitual seria aquela chamada de geopolítica.⁴ Sabemos que na atualidade o tema território pode ser discutido em termos para além do Estado Nação,

⁴ Mais tarde, em meados do século XX, podemos constatar que essa vertente geopolítica de estudos sobre território também recebeu o nome de vertente clássica da Geografia.

mas resolvemos nos centrar neste binômio, Estado e território, para clarificar a função dos faróis neste processo de formação territorial.

Seguindo assim, dentro da abordagem clássica de território, vamos ressaltar inicialmente as contribuições do pioneiro da geografia do homem, Friedrich Ratzel. Segundo Saquet, este autor foi fundamental para a constituição de uma discussão mais elaborada sobre a relação entre territórios e estados nacionais. Desde o século XVI as questões envolvendo o poder estatal e as alterações no espaço dominado vinham “saltando” das esferas militares e se avolumando num amontoado de informações ainda pouco elaboradas por uma ciência em fase de formação, a Geografia. Faltava, segundo Saquet, uma organização científica sobre o tema, uma teoria, com leis universais, que explicassem a soberania da forma de organização estatal sobre as demais formas de organização social. Como e por que os Estados Nacionais deveriam dominar a esfera da organização social e expandir seus territórios?

Fica assim evidente que a relação entre os conceitos de Estado, Nação e território deveria se configurar como o cerne conceitual para a explicação das alterações da vida social sobre a superfície do globo terrestre. Neste contexto, Ratzel (1882) utiliza a expressão *espaço vital*⁵ como área dominada, delimitada, defendida e alterada de acordo com as demandas dos estados nacionais. Mesmo se remontarmos a autores anteriores a Ratzel, como no caso de Maquiavel, podemos notar com clareza que a relação estado e território já vinha se configurando como condição *essencial* para a organização da vida humana.

Segundo Saquet, o ponto fundamental para impulsionar uma retomada acentuada na discussão sobre território, tanto por parte de autores clássicos como Maquiavel, no século XVI, e posteriormente por Ratzel, no século XIX, é o processo que se convencionou chamar de descobrimento do Novo Mundo. Foram, assim, os povos navegadores expansionistas, portugueses, espanhóis, holandeses, ingleses e franceses, que promoveram o desenho mental e factual de um Novo Mundo composto por novos territórios. Esses povos mudariam decisivamente os mapas da terra, principalmente a partir do Tratado de Tordesilhas de 1494. Explica Saquet (2007) que neste período “O território é experimentado para além de habitat do homem, como receptáculo de suas

⁵ Na concepção ratzeliana o espaço vital pode ser entendido como a área necessária ou suficiente da superfície terrestre, incluindo-se mares e áreas fluviais, voltada para a produção e reprodução das relações sociais e materiais fundamentais a vida humana. (MORAES, 1990, p.23)

atividades econômicas, principalmente, no decorrer dos séculos XVII e XVIII.” (SAQUET, 2007, p. 28)

Dentro dessa lógica de expansão dos estados europeus, temos o Brasil como um exemplo de novo território – a grande colônia portuguesa, um *Imenso Portugal*⁶ em construção – descoberto para a dominação e exploração da metrópole. Seria assim, um novo mundo de recursos naturais e humanos pronto para ser desvendado e explorado economicamente pelos portugueses.

De acordo com descrição cronológica de Saquet podemos notar que, somente após três séculos de processos de colonialismo pelo mundo afora, é na Alemanha que se configura um contexto histórico específico para a germinação de um novo debate sobre os territórios. De maneira *sui generis*, o Estado alemão entrava no início do século XX sendo uma potência industrial, de montante superior à própria Inglaterra, mas sem a posse de colônias, o que faria dela um grande estado sem corpo, vale dizer, um grande e poderoso Estado sem espaço para sua expansão. Essa condição de grande potência econômica sem um território de expansão dá origem ao chamado processo de expansionismo tardio da Alemanha, que entra nas disputas pelas colônias europeias na África, num momento em que os territórios africanos já haviam sido partilhados pelo próprio Otto Von Bismarck⁷. A partir daí temos a escalada de ações que redundariam na primeira grande guerra, e posteriormente, na Segunda Guerra Mundial.⁸

Em virtude deste processo histórico vivido pelos alemães entre o final do século XIX e início do século XX, o tema do expansionismo e da dominação de novas áreas passa a ser freqüente, senão exaustivo, nos debates políticos e científicos naquele país. Seguindo essa mentalidade, um grupo especial de autores representado, sobretudo, por Alejandro de Humboldt, como um precursor, que escreve sobre o tema em período anterior a Karl Ritter e Friedrich Ratzel. Este grupo de autores retém essa problemática espacial em suas discussões e inicia, no século XIX, um novo campo de longos debates sobre o expansionismo alemão.

Especificamente para nossa pesquisa, Ratzel e Humboldt são os autores que mais nos interessam nessa discussão.

⁶ Expressão de Chico Buarque de Holanda, que serve de título a uma obra de ensaios sobre a história do Brasil. Cf, MELLO, 2002.

⁷ Otton Von Bismarck (1815- 1898) foi o chanceler de ferro da Alemanha. Nomeado Primeiro Ministro da Prússia em 1862, desempenhou funções diplomáticas ajudando a compor um complexo sistema de alianças, destinado a conseguir o isolamento internacional da França e a realçar o papel da Alemanha, mas foi pelo uso da força, exemplificadas pelas anexações dos territórios da Alsácia e Lorena, que ficou mais conhecido. (FONSECA, 2006)

⁸ Cf .HOBSBAWM, 2007

No caso de Humboldt, o Estado alemão deveria conhecer e esquadrihar o espaço terrestre para programar e implementar com êxito sua ação expansionista. Para isso, o autor promove uma série de aventuras fantásticas composta de viagens científicas e filosóficas pelo Novo Mundo, Filipinas, Argélia, Egito, Marrocos e Europa Ibérica e Itália.⁹ Todas as investidas deveriam organizar conhecimentos sobre as possibilidades de riquezas naturais e humanas a serem conquistadas pela potência em questão. Essas viagens viriam ajudar a compor, mais tarde, uma obra clássica do positivismo geográfico alemão, a saber: *O Kosmos* (1845-1862).

Sem adentrar nas possíveis críticas ideológicas e políticas que recaem sobre as motivações para tais ações de investigação do espaço, podemos dizer, que essa aventura classificatória do *Kosmos* serviu de base para a consolidação de um conhecimento científico positivista e naturalizante dos territórios. Estes eram entendidos, grosso modo, como áreas fornecedoras de recursos humanos e naturais sem indagações mais elaboradas sobre sua constituição histórica, por exemplo.

Observando, e agora nos aprofundando sobre as contribuições de Ratzel para este período do pensamento geográfico, notamos que este autor apresenta no decorrer de sua vasta obra uma preocupação central: a necessidade de expansão do Estado Alemão. Sendo assim, ele elabora uma abordagem geopolítica onde o território significa, antes de mais nada, área de recursos naturais, ou ainda, área provedora de solos, de águas e de climas necessários e indispensáveis à produção agrícola humana.

O autor da *Antropogeografia* elabora, ainda dentro da perspectiva de Saquet (2007), uma concepção de natureza exterior ao homem. A natureza seria para Ratzel a área externa ao homem, passível de dominação. E essa condição de externalidade condicionaria o homem num movimento de expansão natural pela busca de seus espaços vitais.

Para realizar essa expansão no espaço natural seria necessária uma organização social mais elaborada, onde as necessidades de um povo fossem contempladas. Esse organismo de expansão mais elaborado ficou conhecido pelo nome Estado Nacional.

Logo, dentro desta abordagem, o Estado, e seu movimento vital de expansão, também vão sendo naturalizados e justificados através de uma construção teórica muito

⁹ Sobre as viagens fantásticas realizadas por Humboldt e outros viajantes do século XVIII e XIX podemos encontrar importantes reflexões presentes nos textos *Del Orinoco al Amazonas: Viaje a las regiones equinocciales Del Nuevo Continente* e *Quadros da Natureza* ambos escritos de Humboldt (2005), e outros textos de comentadores como *O fantasma de Humboldt*, de Helferich (2005), e ainda o artigo elaborado por Bosque e Ortega (1995) intitulado *Alejandro de Humboldt (1769-1859)*.

bem elaborada. O Estado configura-se, desse modo, como a sede do poder social e como o *locus*, por excelência, de controle desse poder social. Vale ressaltar que nessa argumentação, o estado e a natureza são elementos constantes e compõem o núcleo duro da discussão conceitual sobre o território. Segundo o autor da *Antropogeografia*:

Pode-se, portanto aceitar como regra que uma grande parte dos progressos da civilização são obtidos mediante um desfrute mais perspicaz das condições naturais, e que neste sentido esses progressos estabelecem uma relação mais estreita entre povo e território. Pode-se dizer ainda, em um sentido mais geral, que a civilização traz consigo o fortalecimento de uma ligação mais íntima entre a comunidade e o solo que a recebe. E mais: A sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará sempre manter, sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em Estado.(RATZEL 1990, *Apud*, SAQUET, 2007, p.72-73)

A partir dessa colocação podemos concluir que, para Ratzel, o território somente se constitui a partir do momento em que um grupo social se organiza em meio a um espaço que considera vital. Esse território deveria ser defendido, dentro de uma mentalidade européia, estabelecendo-se limites e fronteiras bem definidas.

Saltando para os próprios escritos de Ratzel destacamos duas leituras que julgamos fundamentais para o aprofundamento sobre a categoria em questão. No livro *Ratzel* (1990), escrito por Antonio Carlos Robert Moraes, podemos recuperar trechos reproduzidos diretamente das obras clássicas do autor alemão. Centramos nossa atenção sobre algumas partes da *Geografia do Homem* presentes na *Antropogeografia*, texto de 1914, onde Ratzel apresenta no terceiro capítulo, intitulado “O povo e seu território”, as bases de seu pensamento para a constituição de um território estatal. Ele ressalta que, mesmo em formas sociais menos elaboradas do que o Estado, como as famílias e as aldeias, o controle do espaço efetivado pela formação de um território é essencial à sobrevivência de um povo. Logo, seguindo as próprias palavras do autor, concordamos que com a afirmação de que mesmo “a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence.” (MORAES, 1990, p. 73)

Como nossa pesquisa trata, especificamente, da relação dos faróis com a formação territorial do estado brasileiro, buscamos centrar nossa atenção nas ações do Estado Português referente a este processo. Ainda no terceiro capítulo, em parágrafo intitulado “O Estado e a proteção do território”, temos aquilo que podemos chamar de os fundamentos da visão geopolítica de Ratzel. Numa construção eloqüente o autor vai

elencando todas as atribuições que o Estado adquire na formação e consolidação de um dado território. Cabe a ele desde a defesa ou proteção da área e a manutenção de um espaço vital para a reprodução social das famílias ou clãs. Nas palavras do autor:

A tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas uma: a da proteção. O Estado protege o território contra as violações vindas de fora, que poderiam reduzi-lo. Naqueles países que alcançaram o apogeu do desenvolvimento político, servem a esse objetivo não só as fronteiras e as disposições para a defesa destas. (MORAES, 1990, p. 76)

Para finalizar sua argumentação a favor do expansionismo estatal em capítulo denominado “ O território e o Estado”, Ratzel destaca que o avanço e o incremento de novas áreas seriam uma manifestação natural do crescimento dos povos de uma dada área.

Quando avança para além da gen¹⁰ o incremento do território não pode ser considerado senão como incremento do Estado. Quanto mais gens se ligam entre si com o objetivo de ataque ou de defesa, a nova unidade que se forma não é senão um Estado[...] Depois de assim formada, esta unidade vai crescendo gradativamente até alcançar a amplitude dos impérios mundiais, que se estendem por continentes inteiros. (MORAES, 1990, p. 77)

Enfim, o que podemos notar e destacar da obra de Ratzel é sua preocupação decisiva em afirmar e justificar a necessidade expansionista do Estado e sua necessidade de defesa decorrente dessa organização. Características estas que marcaram, de forma geral, as teorias políticas construídas pelas elites europeias, e que iriam redundar, mais tarde, em ações militaristas e expansionistas dos estados imperialistas.

Notamos, dentro dessa concepção do território estatal, que a visão militarista de defesa consta como elemento central. A necessidade de proteção consolida-se como uma marca dos estados europeus, e, como veremos a seguir foi um dado marcante nos processos de colonização portuguesa ocorridos na América do Sul. Tal preocupação

¹⁰ Termo usado na obra de Ratzel que significa agrupamento familiar primeiro, primordial ou clã onde se fundamentam as relações de parentesco e reciprocidade entre os homens.

com a defesa tornou-se visível nas fortificações que se multiplicaram pela costa nordestina.

Podemos adiantar para os nossos leitores que fortes, fortalezas e faróis localizados entre Salvador, Recife e Natal, foram inicialmente construídos, tendo-se em vista, a segurança da navegação naquele litoral recortado por arrecifes. Notadamente observaremos que os monumentos foram erguidos devido à necessidade de segurança para a circulação de mercadorias, ameaçadas rotineiramente por ataques de corsários, o que demandava uma vigília maior na costa do Brasil. Podemos afirmar que a principal rota de circulação econômica no período colonial da história brasileira, passava pelos litorais nordestinos, o que causou a prematura instalação destes sistemas de segurança e sinalização nestes territórios.

Com relação ao processo de formação territorial da nação brasileira que se desenrolou por mais de três séculos, vamos adotar uma divisão básica da historiografia brasileira e compreendê-lo em dois intervalos históricos, que se convencionaram chamar de período Colonial (1500 –1822), e período Imperial (1822-1889). Para tratar inicialmente do período Colonial resolvemos buscar como fontes uma bibliografia sedimentada que tratava especificamente do processo de produção do território nacional.

Para os períodos da Colônia , do Império, e até para o início da República no Brasil (após 1889), quando temos a formação e a consolidação do território brasileiro, o conceito de território de Ratzel oferece uma perspectiva de explicação adequada. Trata-se, justamente, da história de um território nacional, o brasileiro, que se forma como um incremento de outro Estado, o português. Autores importantes da historiografia do Brasil, como Caio Prado Júnior, partem desta perspectiva para construir uma história do território brasileiro.

Já para os períodos posteriores da República, que se iniciam no século XX e percorrem o século XXI, as explicações de Ratzel perderiam sua força explicativa. As novas categorias territoriais, ou novas territorialidades necessitam de outras ferramentas e metodologias científicas para sua compreensão. Neste intuito, de compreender os períodos posteriores da República no Brasil, e explicar especificamente a dinâmica social dos faróis vinculada às questões territoriais, buscamos nos referenciar em autores contemporâneos da geografia e de outras ciências humanas que trabalham com estas territorialidades. Destacamos as contribuições de Milton Santos (1988), e Maldonado

(1993) que revitalizam a discussão territorial, transportando-a para os parâmetros atuais de nossa sociedade.

Capítulo 2

Fortificações e faróis na formação do território nacional brasileiro: Um Estado para a metrópole.

Iam de cabo em cabo nomeando

Baías promontórios enseadas:

Encostas e praias surgiam

Como sendo chamadas

E as coisas mergulhadas no sem-nome

Da sua própria ausência regressadas

Uma por uma ao seu nome respondiam

Como sendo criadas.

(Sophia de Mello Breyner Adresen)¹¹

De início podemos afirmar que o período colonial da história brasileira foi atravessado por diversos conflitos e por tantas perdas e gastos para a Coroa Portuguesa, que se fez necessária uma estratégia mais elaborada e eficiente para estabelecer um território colonial. Essa estratégia, desenvolvida pelos portugueses ao longo de três séculos de colonização, pode ser resumida em três pilares básicos: conhecer, defender e povoar o território.

O conhecimento, neste momento, adquire o sentido de cartografar e descrever o território em relatos, cartas ou descrições de viagens. A defesa inclui uma série de estratégias militares, das quais, a mais visível, é a construção de fortes e fortalezas. Por fim, o povoamento do território marca a consolidação do processo de colonização. Esses três elementos são de interesse para nossa pesquisa, na medida em que estão presentes no litoral nordestino, e na medida em que a construção dos faróis passa a ser uma consequência e um aprimoramento destas estratégias.

Certamente existem inúmeras linhas de abordagem para tratar sobre este assunto, e foram criadas também diversas teorias sobre tais processos. Pretendemos ressaltar em nossa pesquisa os olhares e reflexões de historiadores e geógrafos sem dispensar o olhar

¹¹ ANDRESEN, 2001

de outras ciências. Desse modo, contamos nos estudos a seguir com textos de arquitetos e militares que, cada um a sua maneira, desvelam o que sucedeu neste solo conquistado pelos portugueses à custa de muita engenhosidade e astúcia.

2.1 Conhecer e Cartografar o território colonial.

Para analisar este processo de conhecimento da costa, e sua tradução em mapas, selecionamos o artigo de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2004), intitulado “A produção de um território chamado Brasil”, texto publicado na coletânea *Laboratório do Mundo: idéias e saberes do século XVIII*. Neste texto, a autora discute um importante legado das ciências iluministas em formação no século XVIII, a Cartografia.

Como uma condensação de variados saberes, conhecimentos matemáticos, físicos, astrofísicos e geográficos, a Cartografia das partes do globo produzida neste período abarcava uma gama enorme de saberes até então dispersos em “ciências”, como bem aponta a autora. Especificamente, a habilidade desenvolvida por notáveis matemáticos e astrofísicos, navegadores e clérigos, lusitanos, em sua maioria, davam a possibilidade histórica de cálculo mais preciso para operações de aferimento da latitude e da longitude.

A elaboração de mapas mais precisos exerceu um peso político decisivo na organização dos estados nacionais europeus, e pode-se dizer que esse desenvolvimento científico foi diretamente proporcional à definição dos territórios destes estados. Além disso, a confecção de mapas também ajudou a organizar as respectivas conquistas dos países coloniais no Novo Mundo. As conquistas ultramarinas e os conflitos recorrentes pela manutenção destas áreas demandavam a confecção de mapas cada vez mais detalhados, com limites e fronteiras cada vez mais claros, para que se evitassem novos e custosos confrontos entre as nações colonialistas.

Numa rica construção textual, Bueno (2004) aponta para sua concepção de território, destacando que este se diferencia do espaço propriamente dito. Em suas palavras:

O território com contornos e limites precisos é uma construção histórica, produto da ação humana. Categoria aparentemente universal, falsamente natural, o território não tem nada de espontâneo. Para além das fronteiras naturais, a fronteira política é sempre uma linha abstrata e convencionada por alguns. Tal como os animais se apropriam da natureza definindo “territórios”, os homens “dilatam as suas conquistas”, apropriam-se do espaço, percorrendo-o, conhecendo-o, nomeando-o e mapeando-o.”(BUENO, 2004, p. 229)

Segundo a autora, esse ato de mapear novas áreas poderia ser traduzido por outros verbos, que expressariam essa mesma ação de outra maneira. Isto é, ao mapear, o homem domesticava, submetia, conquistava, controlava e contradizia ordens da natureza. Em outras palavras, ao produzir um mapa, os homens tentam primeiro: representar uma natureza ilimitada e descontínua num plano limitado e contínuo que é a carta topográfica. E, em segundo lugar: na produção da carta tenta-se viabilizar a compreensão de vastas áreas que até então eram inapreensíveis ao intelecto humano. Cartografar pode ser visto, assim, como um processo de dar nome ao “sem nome”. Produzir referenciais humanos para um espaço até então “desumanizado”.

O exemplo de carta produzido pelo “século das luzes” é a *Carta Geographica de Projecção Esphérica da Nova Lusitânia ou America Portuguesa e Estado do Brasil de 1797*.

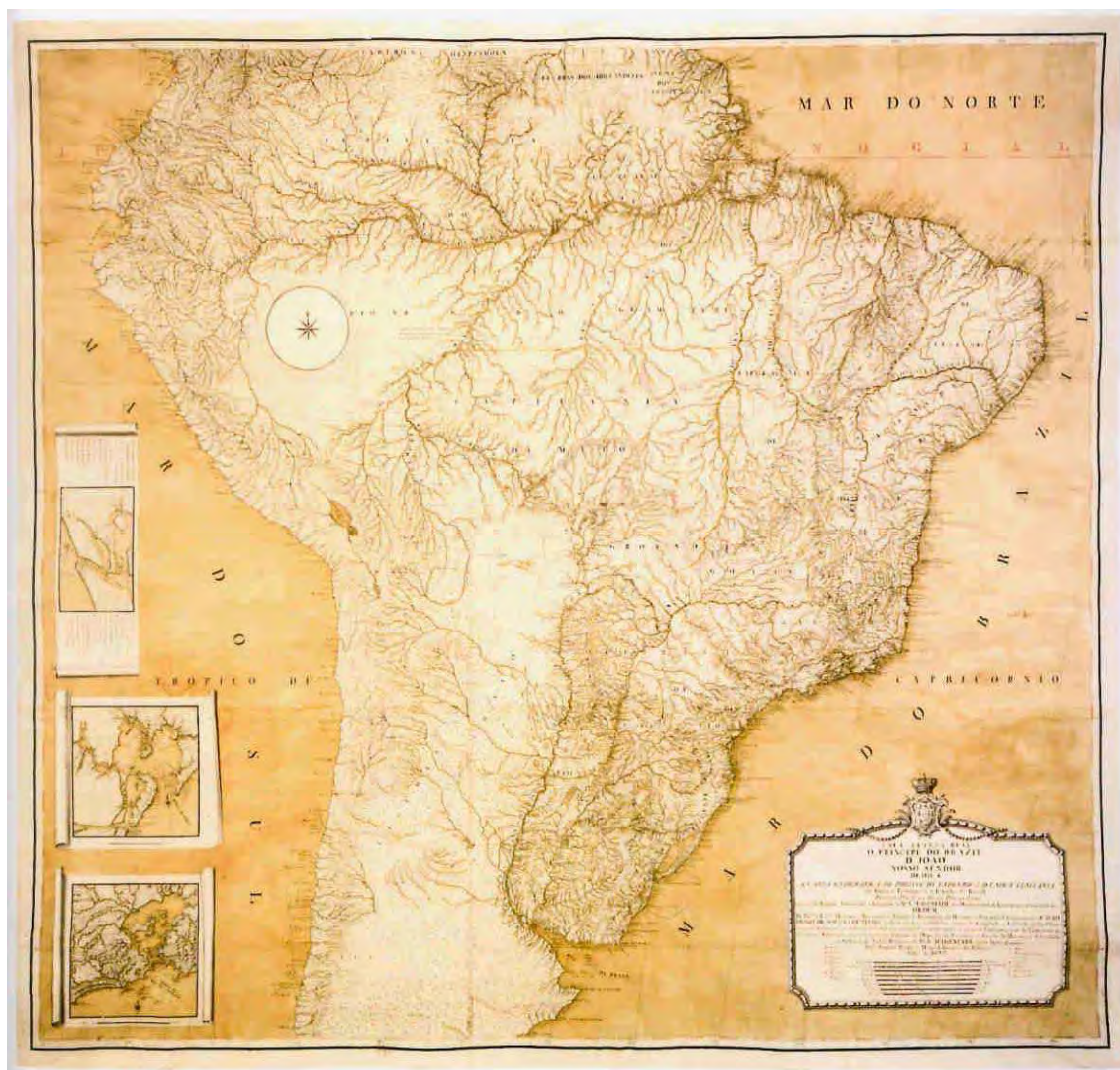


Figura. 2: Reprodução da *Carta Geographica de Projecção Esphérica da Nova Lusitânia ou America Portugueza e Estado do Brasil de 1797*. Fonte: BUENO, 2004, p.228.

Nesta carta, Antonio Pires da Silva Pontes de Leme (1797), astrônomo e geógrafo brasileiro com formação pela Universidade de Coimbra, apresenta de forma surpreendente, uma síntese do longo processo histórico de definições das fronteiras portuguesas em relação às áreas espanholas. Continua a autora:

O país ali representado é o Brasil de além Tordesilhas, com uma rede de caminhos, capelas, freguesias, vilas, cidades e fortificações que funcionaram como chaves de um território, cuja “produção” foi resultado de um enorme investimento estratégico minuciosamente arquitetado pela coroa portuguesa. (BUENO, 2004, p. 230)

Ou seja, o que se apresenta no mapa é um retrato desse processo intenso de formação territorial e disputas colonialistas, no qual as nações mais desenvolvidas na ciência cartográfica passavam de uma cultura da latitude para uma cultura da longitude. A expansão dos territórios portugueses para a direção oeste já indicava, através da citada carta, esse avanço científico-tecnológico. Segundo Bueno, foi somente no final do século XVIII que o cálculo das distâncias no eixo leste-oeste se configurou de fato com mais segurança. Esse cálculo permitira ao ultramar português adentrar ao continente, adentrar ao Sertão¹².

Em 1750, com a divulgação do Mapa das Cortes¹³ e a assinatura o Tratado de Madri, o antigo Tratado de Tordesilhas de 1494 deixa de vigorar, e como podemos observar, deixa de constar nas representações cartográficas produzidas naquele período.

Vale lembrar que o Mapa das Cortes já vinha sendo elaborado e redefinido, pelas cortes portuguesa e espanhola, desde 1746. As documentações históricas sobre os tratados políticos da época atestam pelo menos duas versões do mesmo mapa, concluídas e enviadas a Madri no ano de 1749. (FERREIRA, 2007). A seguir reproduzimos uma versão do Mapa Primitivo de Lisboa de 1749, executado por ordem do Ministro espanhol, ainda dentro da fase de negociações políticas.

¹² Sobre a definição de Sertão este termo aparece em vasta bibliografia. O vocábulo português de origem latina designa basicamente as regiões apartadas do mar onde a sociedades humanas se organizam sem a presença de um estado centralizador e de outras instituições típicas do processo civilizador que caracteriza as sociedades ocidentais. (BUENO, 2004, p.229)

¹³ Cf. FERREIRA, 2007; COSTA, 2004.



Figura. 3: Mapa das Cortes de 1749. Fonte: COSTA, 2004, p. 30

Concluimos assim que as cartas apresentadas condensam acordos políticos e uma tradição científica que estava em franca ascensão desde o século XVI, e que teria se intensificado entre os séculos XVII e XVIII. Os dados de longitude foram obtidos por métodos desenvolvidos principalmente no final do século XVIII, e incluíam observações astronômicas, medições da costa e do novo continente a oeste. Os matemáticos, e demais ilustrados, utilizando-se de “antigos” instrumentos de navegação, adaptaram e reinventaram esses objetos para os cálculos terrestres. Um dos principais inventos que influenciou o avanço dessa tecnologia geográfica foi a criação do relógio cronômetro feito por Jonh Harrison em 1770. A contagem mais precisa das horas sem as enormes distorções que os deslocamentos provocavam, e o registro dos minutos e segundos, davam base para cálculos mais avançados sobre as distâncias no sentido leste-oeste. Desse modo, podemos afirmar que os colonizadores portugueses, herdeiros dessa tradição, puderam adentrar com mais astúcia na América desconhecida e efetivar, a duras penas, um processo de expansão e povoamento singular na história das nações.

Mais precisamente, a partir de 1803 com a publicação das *Efemérides Astronômicas* pela Sociedade Real Marítima, juntamente com as *Taboas para o cálculo da longitude geográfica*¹⁴ de José Monteiro da Rocha, é que os conhecimentos para o cálculo das longitudes se padronizaram. Após essas publicações, estudiosos e práticos envolvidos nos processos de ocupação e mapeamento das novas áreas adotaram métodos comuns para o cálculo de tais localizações. Logo, os mapas confeccionados após este período passam a ganhar “características científicas” e, com maior credibilidade, passam a ser reconhecidos por outros geógrafos, sobretudo espanhóis, franceses e holandeses diretamente envolvidos nas disputas em áreas coloniais.

Assim, somente no alvorecer do século XIX temos a consolidação de um conhecimento cartográfico científico. Esse conhecimento eminentemente geográfico estende-se para as longitudes dos oceanos. E, como consequência direta, as cartas náuticas tornam-se mais precisas nesse momento histórico. Isso assegura um volume maior de navegação na costa dos territórios americanos, e torna cada vez mais essenciais medidas de sinalização náutica nesses territórios. A abertura dos portos da colônia para o comércio com as “nações amigas” em 1808, é mais um fato histórico que determina a necessidade de controle e sinalização náutica no litoral brasileiro.

¹⁴ Cf. BUENO, 2004, p. 232

2.2 Fortificar

Seguindo os elementos de consolidação do território brasileiro citados acima, temos a construção de várias fortalezas localizadas em pontos estratégicos da costa, que representavam desde o início da colonização uma tentativa de afirmação do poder português.

Com relação às estratégias de fortificação, detivemos nossa atenção sobre o artigo intitulado “Fortificações Portuguesas na Cartografia Manuscrita”, escrito por Arnaldo Manuel de Medeiros Ferreira (2006), Major-General do Exército Português. O artigo se constitui numa rica seleção de mapas manuscritos e gravuras de grande interesse para nossa pesquisa.

Podemos notar na apresentação de seus mapas que determinados locais, ou vilas da costa, vão se constituindo ao longo dos séculos como pontos de defesa e controle das autoridades militares. Dentro de seu texto o autor também ressalta uma obra que ganha destaque progressivo nas ações de mapeamento da costa brasileira. Trata-se do *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Fernão de Magalhães*. Este texto é considerado por muitos historiadores e estudiosos do tema, como a primeira cartografia da costa brasileira. O roteiro teria sido escrito entre os anos de 1573 e 1578 por Luís Teixeira a mando do Governador Luis de Brito de Almeida.¹⁵

Assim, devemos notar que no texto citado já temos uma primeira descrição da costa brasileira assinalando os principais acidentes geográficos e os perigos para os navegantes que viriam a vasculhar nosso litoral. Ou seja, temos já no século XVI, uma preocupação com a observação e demarcação de sinais na costa brasileira. Com base nesta descrição, os navegantes lusitanos vão “cabotando”, atracando, ocupando e conquistando territórios de um litoral “coalhado de índios” e agruras naturais. E, para resistir em tal ambiente inóspito, eram necessárias verdadeiras estruturas fortificadas, as fortalezas.

Voltando nossa atenção novamente para o texto do Major-General, Arnaldo Ferreira, temos um elenco de documentos provenientes dos arquivos e das bibliotecas portuguesas que demonstram a importância dessas fortificações para o processo de ocupação, povoamento e mapeamento do território brasileiro em formação.

¹⁵ Cf. COSTA, 1988, p.3

O autor militar inicia sua apresentação afirmando que nos mapas mais antigos do Brasil, que datam do início do século XVI, não constam quaisquer fortificações. Exemplo disto, é o famoso Mapa do Brasil que acompanha o *Roteiro de todos os sinais* (1988).

No mapa citado não encontrarmos a presença das fortificações. Esse dado não surpreende, pois, segundo o autor, nesse período, início do século XVI, contávamos apenas com fortificações efêmeras. As primeiras “armadas” erguidas pelos ocupantes da costa constituíam-se como pequenas fortificações, muitas vezes compostas por estruturas de madeira chamadas paliçadas e “pau-a-pique”, uma espécie de construção rústica feita de barro, cal e madeira trançada. Algumas apresentavam na sua base um solo de “terra-batida” e baixos muros de pedra, às vezes circundados por valas. Todas essas construções iniciais seriam de curta duração, já que, na natureza bravia dos trópicos, elas se deterioravam com relativa rapidez. Segundo o Major, apenas no período conhecido por União Ibérica (1580- 1640) é que houve um incremento das fortificações no Brasil devido à “necessidade de defender as principais povoações dos ataques de forças inimigas e das acções dos corsários que infestavam os mares e litorais brasileiros. (FERREIRA, 2006, p.04)

Logo aparecem, no início do século XVII, as pioneiras iconografias e descrições dos complexos fortificados, dentre as quais se destaca a *Relação das Praças e Fortes do Brasil*, de 1609, organizada pelo também militar Sargento-Mor, Diogo Campos Moreno. O fato histórico marcante no período subsequente levantado por Ferreira é a assinatura do Tratado de Madri em 13 de janeiro de 1750, onde se procurava delimitar mais claramente os domínios das coroas portuguesa e espanhola. Esse tratado exerceu, segundo o autor, um “peso histórico e político” decisivo para os contornos do que viria a compor o território Brasil. Sobre o tratado, aponta Ferreira:

Teve por finalidade o estabelecimento de “novos limites” entre os domínios de Portugal e Espanha na America do Sul, sendo relevante o trabalho das “comissões” compostas por geógrafos, astrônomos, matemáticos, engenheiros, e desenhadores, visando a escolha das “balizas naturais” da linha de demarcação que substituíra a de Tordesilhas, contexto em que as fortificações tiveram papel de realce” (FERREIRA, 2006, p.4)

Portanto, a partir do citado tratado temos uma preocupação maior das autoridades portuguesas para com as fortalezas. Elas passariam a representar a demarcação estabelecida neste acordo e deveriam “cumprir” a função de defensoras do território colonial. Como exemplos de importantes fortalezas edificadas após o Tratado de Madrid, temos a construção da fortaleza de N. Sra de Macapá e do Forte do Príncipe da Beira, às margens do rio Guaporé, demarcando pontos estratégicos na fronteira interior do Brasil. O autor segue com uma apresentação dos principais mapas e desenhos

que retratam a costa e os rios do Brasil. Muitas gravuras apresentam uma notável qualidade artística que remonta a junção estreita que havia naquele período entre as Artes e a Cartografia – habilidade que mais tarde iria se tornar um componente da ciência geográfica. Seleccionamos as cartas da região nordeste e outras que nos chamaram a atenção, justamente por revelarem a riqueza e o cuidado que os desenhistas tinham com o seu ofício e por indicarem localidades de interesse para nossos estudos.

Recuperando a cartografia temática apresentada por Ferreira (2006), iniciamos nossa breve exposição com a gravura intitulada “Vila Nova da Fortaleza de Na. Sra. Da Assunção da Capitania do Ceará” de 1730.



Figura. 5: gravura que representa as primeiras ocupações humanas na Vila Nova da Fortaleza de Na. Senhora Da Assunção da Capitania do Ceará. *Fonte:* FERREIRA, 2006, p.18

Temos no canto direito superior da gravura a representação da fortificação e do povoamento que deu início e ajudou a erguer a primeira vila do Ceará, chamada de Vila de São José de Riba-Mar. Notamos assim, que o “germe” da cidade, hoje conhecida por

Fortaleza, era de fato uma fortificação tradicional portuguesa como observamos na seguinte planta:

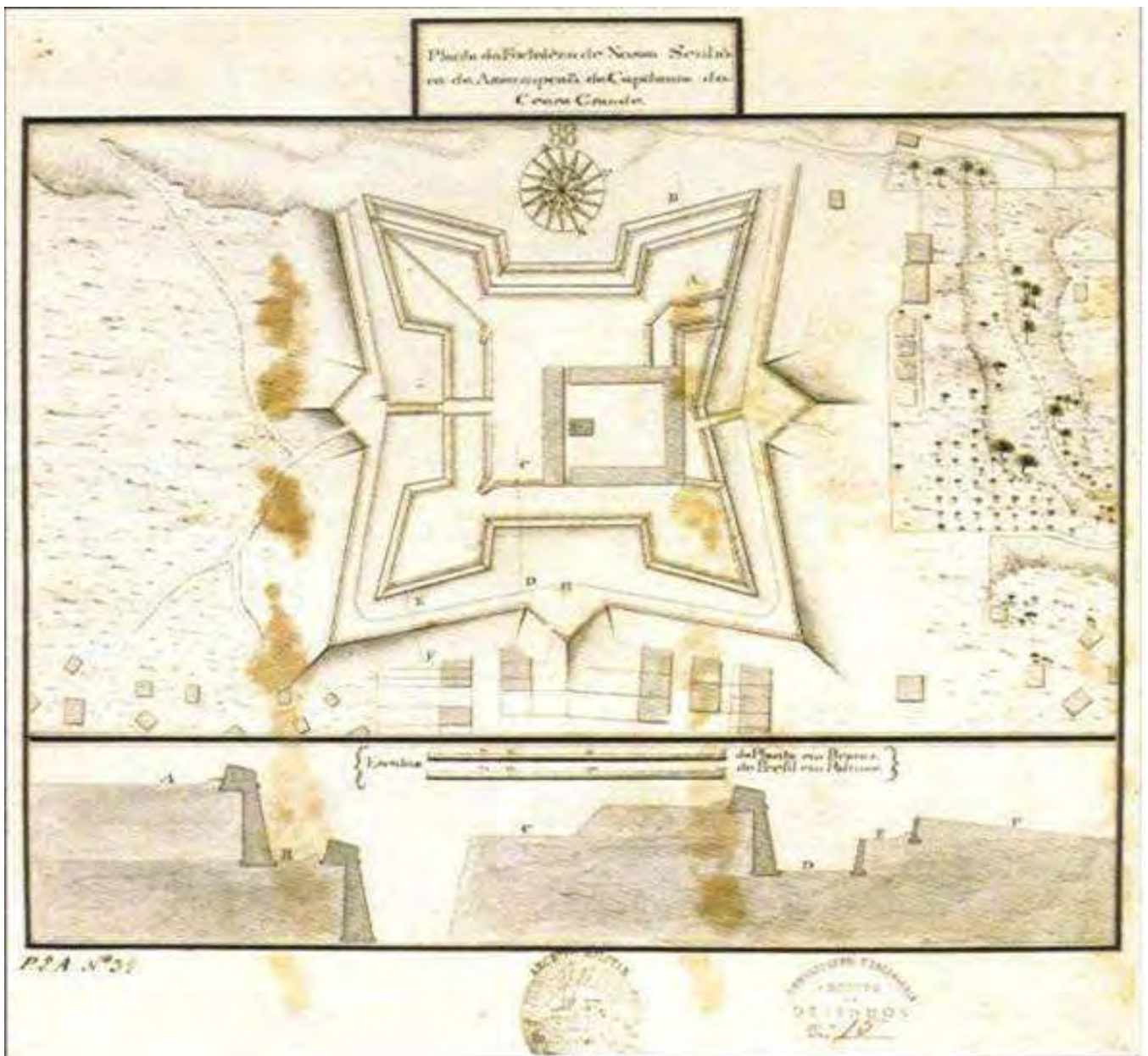


Figura. 6: Planta da Fortaleza de Na. Senhora Da Assunção. Fonte: FERREIRA, 2006, p.19

Detalhando nossa visão para a planta do prédio, vamos notar uma elaborada estrutura de defesa desenvolvida pelos “arquitetos” portugueses. Mais adiante pretendemos demonstrar como esta estrutura, ou este padrão arquitetônico, se repetiu, marcando a presença da coroa portuguesa nas praças de guerra ao longo da costa. Outra imagem de importância para nossa pesquisa é a “Planta da Fortaleza dos Reis Magos” de meados do século XVII.

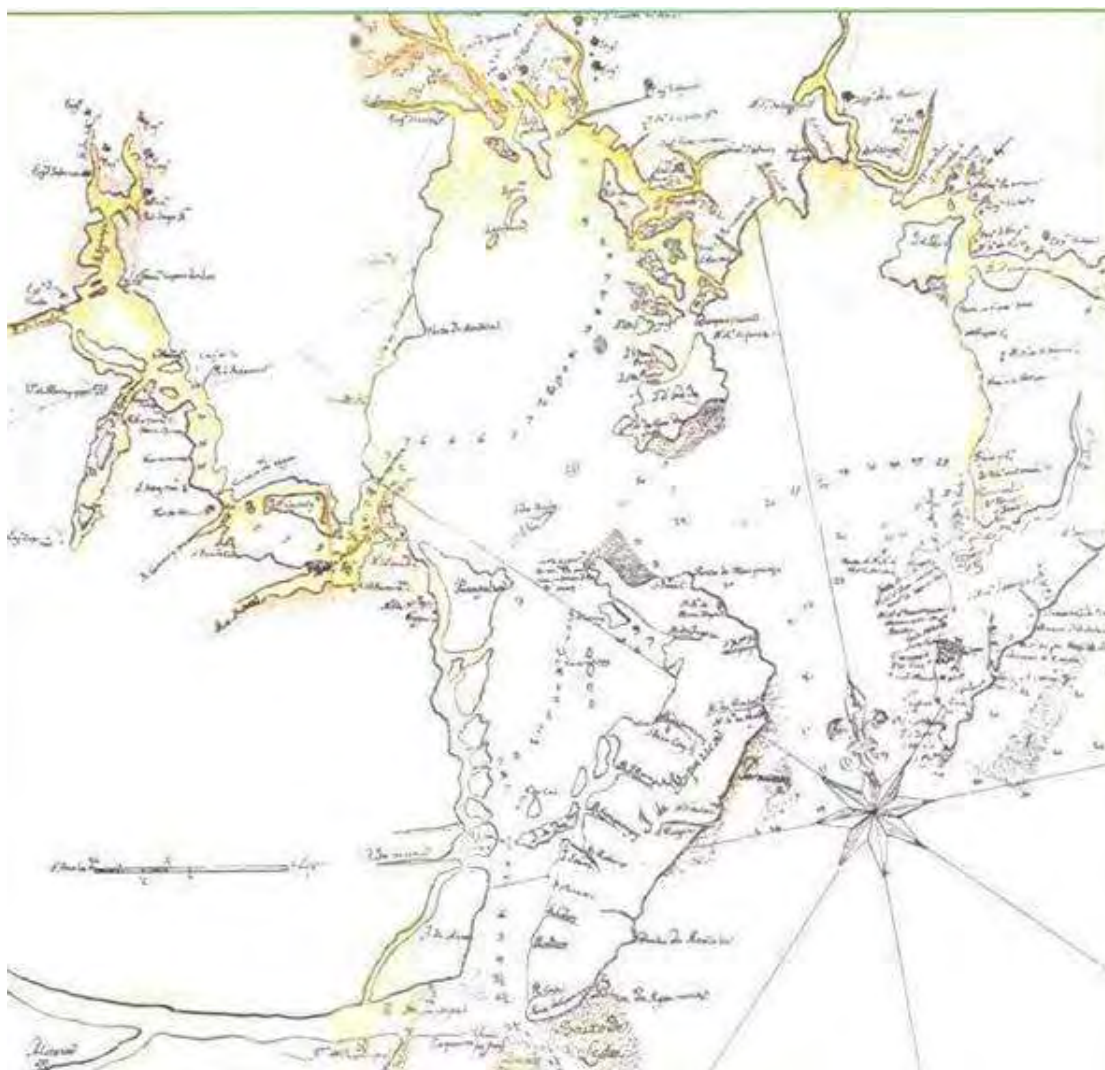


Figura. 8: mapa manuscrito detalhado da Bahia de Todos os Santos.

Fonte: FERREIRA, 2006, p. 26

No plano da Bahia de Todos os Santos temos uma clara noção do grau de desenvolvimento e elaboração que as cartas náuticas vinham ganhando no século XVIII. O mapa, visto com o auxílio de lupas, pode revelar, com detalhes impressionantes, o contorno de pequenas baías, enseadas e rios que desaguavam no recôncavo baiano.

Finalmente, inserimos parte da cartografia manuscrita sobre a Baía de Guanabara intitulada “Planta da Barra do Rio de Janeiro”, de 1761.



Figura. 9: representação pitoresca da Baía de Guanabara, com suas formas marcantes na paisagem litorânea. *Fonte:* FERREIRA, 2006, p. 28

De acordo com a imagem apresentada podemos notar que a formação peculiar da Baía de Guanabara, em formato de “boca”, fazia ressaltar com facilidade os pontos de ocupação e vigia da cidade reentrância. Assim, desde as gravuras mais antigas temos a presença das fortificações assinaladas nos mapas, indicando a presença constante dos portugueses naquela promissora baía.

Resumidamente podemos captar desse notável elenco de mapas selecionado pelo Major a sua riqueza imagética e, por que não, artística. Novamente ressaltamos que a precisão descritiva dos desenhistas dos territórios em questão indicava um processo de refinamento gradativo da cartografia ocorrido neste período. Ainda sobre a riqueza imagética das obras, destacamos mais três mapas que apresentaremos a seguir.

No primeiro caso, temos o mapa do “Plano do Pará”, sem data definida.



Figura. 10: gravura da vista da região onde se instalou a cidade de Belém do Pará.
 Fonte: FERREIRA, 2006, p. 12

Mesmo sem a datação precisa da obra, destacamos a capacidade ilustrativa do desenhista que parece “elevar sua percepção do espaço” para um plano superior ao da superfície terrestre. Assim, nesta perspectiva elevada, o autor da obra retrata na saída do Rio Guamá a região ocupada pelo Forte do Presépio e o início da ocupação onde hoje é a cidade de Belém.

Num misto de exercício intelectual e artístico o autor da obra parece sobrevoar a região numa época em que ainda não podíamos contar com as aeronaves. Salta assim aos nossos olhos a percepção aguçada que estes desenhistas possuíam. Essas habilidades mentais, isto é, o deslocamento do plano de desenho e os cuidados com a escala e proporção do terreno, indicam a qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelas mãos dos desenhistas, precursores dos futuros cartógrafos. As duas últimas imagens que

selecionamos deverão ser apresentadas em seqüência para uma melhor percepção de suas qualidades. Tratam-se de duas imagens da Baía de Santos produzidas em épocas diferentes, a primeira de 1815 e a segunda, produto do século XX. Primeiro segue a imagem do século XIX:



Figura. 11: Planta Topográfica de Santos de 1815. Fonte: FERREIRA, 2006, p. 36

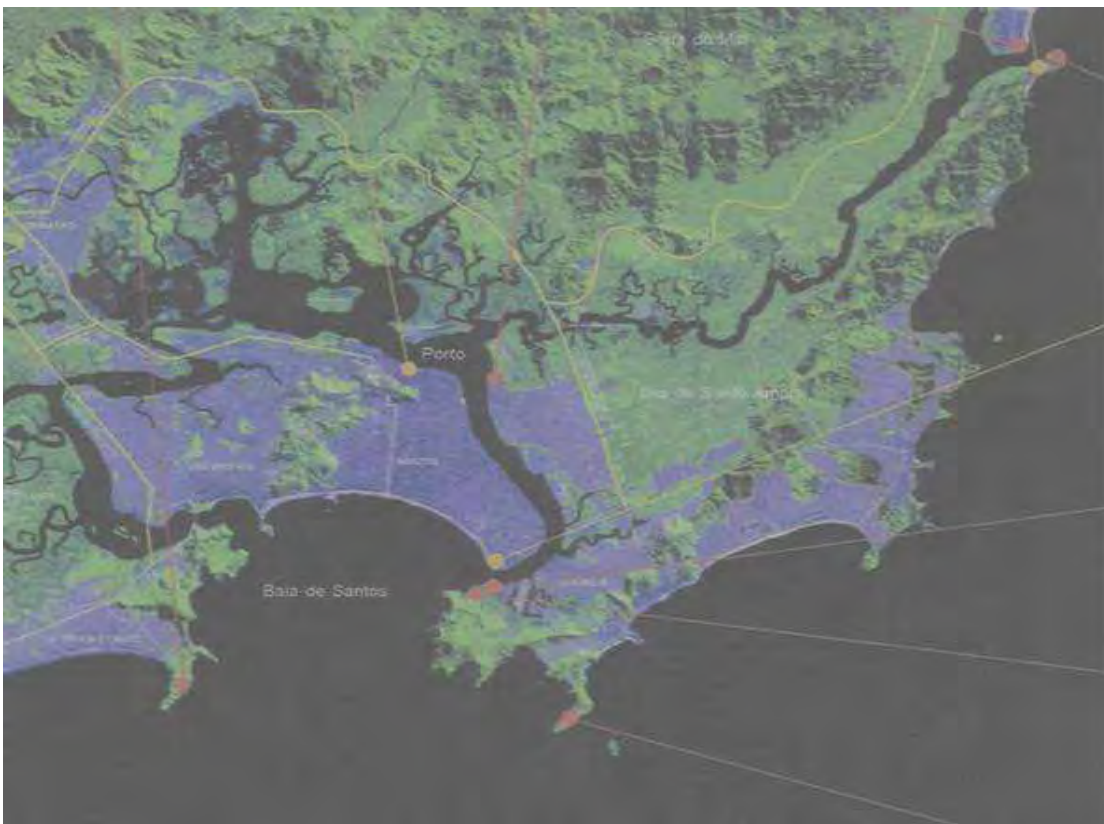


Figura. 12: mapa da Baía de Todos os Santos com base em foto de satélite disponível no arquivo Victor Hugo Mori do IPHAN de São Paulo. Fonte: FERREIRA, 2006, p. 36

Colocadas em comparação, as imagens revelam como o cartógrafo do século XIX usou de rigor na construção de sua carta, pois as proporções e escalas do desenho coincidem, de forma muito próxima, às escalas captadas pelos instrumentos do século XX. O desenho apresenta assim uma semelhança surpreendente em relação à imagem de satélite colhida posteriormente.

Completamos assim, nossas considerações a respeito desse artigo reconhecendo seu valor histórico ao selecionar e recuperar uma cartografia temática bastante valiosa para nossos estudos e para uma apreciação cartográfica sobre a costa brasileira.

Essa cartografia temática centrada nas fortificações ajuda a revalorizar estes prédios e monumentos como patrimônios históricos brasileiros. Percebemos que em muitos casos as fortificações deram início à formação de vilas que se tornaram cidades importantes, muitas vezes capitais de nosso litoral.

2.3 A simbologia das fortalezas na costa brasileira

Especificamente para discutir o valor simbólico que as fortificações carregam ao longo de séculos, vamos recuperar as contribuições presentes no artigo de Lourenço Conceição Gomes (2006), intitulado “O valor simbólico das fortalezas reais de S. Filipe da Ribeira Grande de Cabo Verde e dos Três Reis Magos do Natal no Brasil”. Neste texto encontramos elementos argumentativos importantes para ressaltar, justamente, o caráter simbólico das fortalezas. Esta simbologia, mais adiante, poderá também ser relacionada aos elementos de sinalização da costa, como os faróis.

O autor centra suas reflexões na análise de dois casos específicos de fortificações reais. Uma encontra-se na ilha do Cabo Verde e a outra é a Fortaleza dos Reis Magos, à qual já fizemos referência anterior, localizada na orla da cidade de Natal (RN).

Aponta o autor que estas obras arquitetônicas fazem parte do patrimônio cultural material do ultramar português e que elas são elementos que podem ajudar na reconstituição de uma história do Oceano Atlântico, que está relacionada tanto a portugueses quanto brasileiros.

No caso brasileiro, podemos afirmar que a fortaleza de Natal se constitui como parte da paisagem litorânea e, por assim dizer, constitui parte da cultura do litoral potiguara. O monumento identifica a própria cidade de Natal, sendo representado em muitos cartões postais da atualidade. A fortaleza dos Três Reis Magos encerra, portanto, uma identidade para aquela urbanidade.

Logo, podemos supor que a herança material guardada nestas construções, juntamente com faróis que viriam a ser instalados em suas proximidades, apresenta valor significativo, servindo como símbolo da dominação portuguesa. Com os devidos estudos históricos e geográficos, esses valores, simbólicos, culturais e históricos, podem emergir da materialidade e passar para o campo das idéias. Segundo o autor, o valor dessas construções pode ser considerado inestimável para os geógrafos e historiadores, na medida em que re-apresentam o passado dos homens e das instituições que atuaram naqueles espaços.

Retornando aos estudos de caso, observamos que os sistemas fortificados se desenvolviam em situações dramáticas de fixação ou em locais onde se davam surtos de atividade comercial. Em teoria, a intensificação da atividade econômica geraria lucros que dependiam de mais segurança para sua circulação sem pilhagens. Enfim, uma

suposta situação de insegurança, devida a uma circulação maior de valores, era um dos motivos destacados pelo autor para se “erguer” uma fortificação.

A situação insegura descrita no texto faz referência direta aos constantes ataques feitos pelos navios corsários europeus nos mares do Oceano Atlântico, sendo compostos principalmente de piratas franceses, ingleses e holandeses. Para exemplificar esse processo, o texto encaminha a abordagem do caso da ilha do Cabo Verde, onde no início de sua ocupação, devido ao isolamento da ilha e à baixa atividade comercial não se fazia necessária uma fortificação. Sobre a situação social da ilha escreve o autor: “Esses homens vindos da Algarve e do Alentejo, juntamente com alguns pretos livres, sustentados pelo trabalho de milhares de escravos, ergueram aquele que viria a tornar-se o centro de um comércio florescente de grande interesse.” (GOMES, 2006, p. 161)

Com o passar dos anos e com o conseqüente aumento da circulação naval no Oceano Atlântico, um entreposto marítimo estratégico, tanto para a travessia do oceano como para a cabotagem na costa da África, ganharia destaque. Temos, assim, uma mudança significativa na ordem social da ilha de Cabo Verde: “O rápido crescimento da urbe principalmente a partir de 1533 leva a que os portugueses decidam elevar a Vila à categoria de Cidade e erigir a sede do bispado abrangendo não só Cabo Verde, mas também terras da Guiné.” (GOMES, 2006, p. 162.)

Continua o autor recuperando os acontecimentos e o processo social que ocorrera na segunda metade do século XVI. Vemos na descrição que a movimentação econômica oriunda do tráfico de mercadorias gerou bens e fez com que a Ribeira Grande se tornasse um alvo apetecível. Sem um sistema de defesa eficaz, entrepostos comerciais como estes se tornavam muito vulneráveis. Assim as fortalezas vão ganhando importância cada vez maior na organização das cidades costeiras.

Essa teoria que acabamos de expor, que articula aumento da atividade econômica e fortificação, pode ser transportada para o caso brasileiro, e pode ser ainda mais justificada, pela presença dos índios encontrados em todo nosso litoral.

Para o caso da Capitania do Rio Grande do Norte, tínhamos em vigência o Tratado de Tordesilhas que garantia à Coroa Portuguesa as terras da orla marítima que se encontrassem naquelas coordenadas, entre 4 graus e 40 minutos na direção Sul e 6 graus e 30 minutos na direção oeste, na faixa abaixo da linha equinocial. Estas coordenadas incluíam justamente a área onde se encontram, hoje, a cidade de Natal e boa parte do estado do Rio Grande do Norte. O autor descreve o conhecido processo de descobrimento do Brasil e em particular ressalta a primeira expedição de

reconhecimento das novas terras de 1501, chefiada por Gaspar Lemos e Américo Vespúcio.

A expedição de 1501 chegou às proximidades do cabo de S. Roque, rumou para o sul e foi batizando os acidentes da costa Brasileira: Cabo de S. Agostinho, Rio S. Francisco, Baía de Todos os Santos, Rio de Janeiro, Angra dos Reis até a Canadéia. Na Praia do litoral do Rio Grande do Norte foi abicado o marco primeiro sob a forma de padrão “com brasão d’armas inconfundível” ainda existe desafiando os séculos, como patrimônio brasileiro. De acordo com a literatura consultada, o dia 17 de Agosto desse ano de 1501 ficou consagrado à comemoração da descoberta marítima do Rio Grande do Norte. (GOMES, 2006, p.163)

Em pesquisa de campo realizada no mês agosto de 2009 pudemos registrar e visitar o citado marco do descobrimento. Estudos mais recentes indicam que o primeiro ponto de aproximação e atracagem, como bem indica a citação anterior, não se deu exatamente no ponto onde hoje se encontra a cidade de Natal. Como consta do relato, o primeiro local avistado é o cabo de São Roque que fica deslocado ao norte daquela região. Alguns autores afirmam que o primeiro ponto de parada ocorrera nesta área. Essas descrições correspondem, mais precisamente, ao município de Touros, onde fica a praia que conhecida com Praia do marco.



Figura. 13: Réplica do marco do descobrimento fixada na Praia do marco, município de Touros (RN). Agosto de 2009. Autoria: Gustavo Baez

Vale ressaltar a importância deste marco como um símbolo material das primeiras incursões portuguesas na costa nordestina. Com este marco, tem início o processo de demarcação e sinalização costeira - processo este que se desdobra até o desenvolvimento dos faróis.

A partir deste fato histórico, ou seja, a fixação do marco no ano de 1501, o chamado Rio Grande do Norte, hoje conhecido como Rio Potengi, passa a ser considerado o “ponto convergente dos navegadores d’além mar, especialmente dos piratas.” (GOMES, 2006, p. 163)

Assim, temos a configuração de um panorama de insegurança na costa brasileira desde o início de sua exploração. Como notamos, o Brasil foi “acossado” inicialmente pelos piratas franceses e, em consequência dessas pressões, a coroa portuguesa fez chegar à foz do Rio Potengi uma expedição composta por navegadores experientes, capitães, comandantes e jesuítas. Esse grupamento teria função de dar início efetivo à conquista, expulsando os pretensiosos franceses que já se miscigenavam com os nativos, como consta nos relatos históricos do próprio Frei Vicente Salvador, componente da expedição.

Logo, podemos concordar com o autor do artigo, e afirmar que no início do período colonial houve um montante de esforços visando expulsar os elementos

invasores dos novos territórios. Essas ações se revestiram de um caráter militar e resultaram, quase sempre, no estabelecimento de um forte ou fortaleza.

No caso do Rio Grande do Norte este viria não só a ser edificado como também a constituir o núcleo de povoamento da região. A fortificação foi iniciada na manhã do dia 6 de janeiro de 1598, dia de Reis e por isso, recebeu o nome de Forte dos Três Reis Magos, a que os cronistas coloniais chamavam fortaleza dos três reis magos ou Santos Reis. Com a construção desse Forte, a setecentos e cinquenta metros da barra do Rio Grande, dá-se a oficialização da conquista portuguesa [...] e nas palavras de Luiz da Câmara Cascudo, ‘o Forte dos Reis Magos foi a marca, a barreira extrema dos portugueses no norte do Brasil’. (GOMES, 2006, p. 164).

O que veremos a seguir no desenrolar do século XVI e no início do século XVII será uma repetição dessa empreitada militar que envolve a construção de fortificações em diversos pontos da costa. Cada uma com sua configuração ou motivo singular. Mas todas organizadas para defender o território dos ataques invasores e indígenas.

Assim, o caso singular da ocupação do litoral da Paraíba, especificamente da barra do rio Paraíba, segue esta lógica comum. A construção do Forte de Cabedelo no ano de 1568, que após reformas receberia o nome Fortaleza de Santa Catarina (1634), insere-se num contexto similar de expulsão dos franceses, índios potiguaras, e mais tarde holandeses da região onde seria edificada a Vila de Nossa Senhora das Neves.

No decorrer deste sub-capítulo, buscamos apresentar as fortificações como elementos centrais do processo de criação do território brasileiro. Tais elementos servirão mais tarde, literalmente de base para os faróis de navegação. Com a implementação de faróis nas fortalezas, processo que tem início no século XVIII com a construção e reforma do Farol da Barra no forte de Santo Antônio (Bahia), temos uma nova função para a fortaleza: além de defender e demarcar o território, ela servirá também para sinalizar a linha da costa.